



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

Faculdade de Direito e Relações Internacionais

Curso de Relações Internacionais - FADIR

HERBERT DE SOUZA VALDEZ MALDONADO

MÍDIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Análise dos Editoriais do *The New York Times* sobre os Atentados

Terroristas de 11/set/2001

Dourados - MS

2015

HERBERT DE SOUZA VALDEZ MALDONADO

MÍDIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**Análise dos Editoriais do *The New York Times* sobre os Atentados
Terroristas de 11/set/2001**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador(a): Prof.(a) Me. Tchella Fernandes Maso

Dourados - MS

2015



ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ao décimo terceiro dia do mês de novembro de 2015, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, o aluno **HERBERT DE SOUZA VALDEZ MALDONADO**, tendo como título “Mídia e Relações Internacionais – análises dos editoriais do The New York Times sobre os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001”.

Constituíram a Banca Examinadora os professores Me. Tchella Fernandes Maso (orientadora), Dr. Mario Teixeira de Sá Junior (examinador) e o Me. João Nackle Urt (examinador).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado Aprovado.

Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: _____

Assinaturas:

Me. Tchella Fernandes Maso
Orientadora

Dr. Mario Teixeira de Sá Junior
Examinador

Me. João Nackle Urt
Examinador

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

M244m Maldonado, Herbert de Souza Valdez

Mídia e relações internacionais: análise dos editoriais do *The New York Times* sobre os atentados terroristas de 11 set. 2001 / Herbert de Souza Valdez Maldonado -- Dourados: UFGD, 2015.

64f. il.

Orientadora: Prof.^a M.^a Tchella Fernandes Maso.

Monografia (TCC em Relações Internacionais) FADIR, Faculdade de Direito e Relações Internacionais – Universidade Federal da Grande Dourados.

1. Mídia. 2. Relações Internacionais. 3. Terrorismo. I. Título.

CDD – 327.1

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte

Agradecimentos

Minhas palavras de gratidão começam àquele que criou todas as coisas e a tudo deu o seu tempo. Que cuidou de mim nessa caminhada longa e, aparentemente, sem fim. Que renovou minhas forças quando pensei em desistir, que colocou pessoas no meu caminho para alegrarem meu coração, que permitiu que este dia fosse real. Obrigado Deus por permitir que esse sonho se tornasse realidade.

Em segundo lugar, agradeço à minha família. Dizem que família é a base de tudo, e eu concordo. Jamais chegaria à metade deste caminho se não fosse o cuidado do meu pai Nelson e a paciência e a parceria do meu irmão Hércules. Vocês pararam a vida de vocês, acreditaram no meu sonho e embarcaram nele. Hércules, obrigado por ter segurado as pontas, ter sido forte e ter confiado que daria certo. Em especial, dedico esta conquista àquela que é o maior exemplo que eu tenho: minha mãe Sonia. Sem você eu jamais saberia o que é sonhar, jamais persistiria quando as dificuldades viessem, e jamais teria motivos para comemorar. Você tem sido o motivo de eu nunca desistir. Te amo mãe!

Agradeço aos professores que me acompanharam até aqui. César, Mário Sá, Rafael Salatini, Simone Becker, Alfa Diallo, Jesus Isquierdo, Henrique Sartori, Hermes, Mateus, João Urt, Carlos Canesin, Tomás Espósito, Lisandra Lamoso, entre outros. Sou admirador de muitos profissionais no mundo, mas nada me fascina tanto quanto a habilidade de transferir um conhecimento ao outro, poucos sabem fazer isso. Agradeço à professora Tchella que me recebeu e me ajudou a finalizar este tão sonhado TCC. Agradeço à banca que aceitou o convite em meio à tantas incertezas.

Dedico também um abraço especial aos meus colegas de turma. Vic (Fubs), Maryel, Fernando, Taty, Karina (Pokah), Camila Tiemman, Monique, Gabi Cavassini, Gabi Gomes, Dani Ohara, Raíssa, Fábio, Caio Pedrollo, Lari, Gabriel, Dany Coletti, Dyericksson, Marcus, Naiara e Indianara. Conviver com vocês foi um aprendizado intenso e inesquecível. Impossível não deixar um abraço àqueles amigos que, por muitas vezes, diviram projetos e trabalhos comigo. Trabalhar em equipe foi mais fácil perto de vocês: Débora, Rainne, Kaully, Adriana e Kamila “Pit”. Agradeço, em especial, à Natalia e ao Luiz Paulo. Nossa amizade ultrapassou as fronteiras da distância! Obrigado por me apoiarem, por cuidarem tantas vezes de mim, por acreditarem que este dia chegaria, por “corrigirem” meu TCC e sonharem comigo esta data. Desejo dividir com vocês muitas alegrias ainda!

Não poderia deixar de lembrar daqueles que fizeram minha estadia em Dourados mais feliz. Aos meninos da banda que sempre entenderam minhas ausências por conta dos estudos; ao Victor Tarifa que se tornou um irmão para mim; ao Kaully que sempre teve um coração enorme e é um exemplo que sigo; ao Caio Henrique, por estar por perto em todos os momentos; e à todos aqueles que com seus sorrisos, abraços e lembranças me fazem sentir falta desta terra. Um abraço saudoso (em memória) ao Renan que, por uma passagem tão curta na minha vida, conseguiu me ensinar a ser forte. Nos encontraremos no céu! Guarde meu lugar...

Deixo então estas palavras como um marco de tudo o que vivi nesses sete anos, de tantas histórias, sonhos realizados, das viagens, das batalhas vencidas e da certeza de que: “Tudo tem o seu tempo determinado, e há tempo para todo o propósito debaixo do céu”. Eclesiastes 3:1.

Herbert Maldonado.

Resumo

Os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 projetaram no sistema internacional um novo paradigma: o terrorismo internacional. Pela primeira vez, desde o fim da Guerra Fria, um acontecimento histórico alcança relevância máxima no cenário internacional.

O avanço das tecnologias, a facilidade ao acesso à informação e a ascensão de novos atores no cenário internacional, trouxeram aos atentados terroristas ao *World Trade Center* o debate sobre a capacidade de alcance e influência da Mídia sobre os assuntos internacionais.

Sendo assim, esta pesquisa buscou trazer o embasamento teórico nas Relações Internacionais para a compreensão do papel da Mídia enquanto agente internacional. Buscou descrever a construção deste papel ao longo da história e, analisar os editoriais do jornal *The New York Times*, um dos principais periódicos nos Estados Unidos (e no mundo), na cobertura dos desdobramentos deste fato histórico, buscando entender qual a agenda de segurança, identificar o processo de securitização, e descrever o papel deste enquanto formador de opinião.

Palavras-chave: mídia; relações internacionais; terrorismo

Sumário

1. Introdução	10
2. Mídia e as Relações Internacionais	11
2.1. Mídia como atriz das Relações Internacionais	11
2.2. Lentes teóricas	13
2.2.1. Renouvin e Duroselle.....	13
2.2.2. Construtivismo	15
3. Escola de Copenhague	19
4. Análise	21
4.1. O Jornal The New York Times	21
4.2. Análise dos Editoriais.....	23
4.2.1. 1º Dia – 12 de setembro de 2001	23
4.2.2. 2º Dia – 13 de setembro de 2001	25
4.2.3. 3º Dia – 14 de setembro de 2001	27
4.2.4. 4º Dia – 15 de setembro de 2001	28
4.2.5. 5º Dia – 16 de setembro de 2001	29
4.2.6. 6º Dia – 17 de setembro de 2001	30
4.2.7. 7º Dia – 18 de setembro de 2001	31
4.3. Eixos da Notícia	31
4.3.1. Liderança de George W. Bush	32
4.3.2. Guerra ao Terror – Doutrina Bush	33
4.3.3. Legislações e Agências de Inteligência	33
4.3.4. Segurança Doméstica.....	34
4.3.5. Reconstrução de Nova York e Distribuição de Socorro	34
4.3.6. Afeganistão – Invasão e Reconstrução	34
4.3.7. Iraque – Rumores de uma Invasão.....	35

4.3.8. Economia	35
4.3.9. Direitos Humanos e Tribunais Militares.....	36
5. Considerações Finais.....	36
6. Anexos - Editoriais	37
7. Referências.....	64

1. Introdução

O fim da Guerra Fria no final da década de 80, marcou a história moderna com o rompimento da corrida armamentista e da bipolaridade no sistema internacional.

Os Estados Unidos da América (EUA), símbolo do capitalismo e superpotência do novo regime internacional, foi aclamado como vencedor. Sua economia, sistema de governo, entre outras características, projetaram-no como referência no cenário internacional, algo a ser seguido.

A ausência de um embate direto – batalhas de guerra – entre os EUA e a União Soviética (URSS), deram aos EUA a referência de que o solo americano não pagaria o preço da destruição da guerra, problema enfrentado pelos países que participaram da II Guerra Mundial.

O fim da Guerra Fria também marcou o período de avanço das tecnologias da informação e da globalização. Acontecimentos passaram a ser transmitidos em tempo real, computadores pessoais foram lançados, a Internet (como conhecemos e usamos hoje) foi lançada, os meios de comunicação (telefonía, por exemplo) foram aprimorados e popularizados. O acesso às informações se tornou cada vez mais fácil e rápido.

É neste cenário que novos atores internacionais surgiram no sistema internacional. Alguns já existiam, como o caso das Organizações das Nações Unidas, mas, passaram a exercer um novo papel neste cenário. Se incluem nesta lista, Empresas Transnacionais, Organizações Internacionais Não-Governamentais, Mídia, entre outros.

O poder de ação destes novos agentes internacionais passou a ultrapassar as fronteiras terrestres, alcançando diversos povos e nações. Um exemplo são as agências de informação que fazem a cobertura de acontecimentos internacionais e repassam para todo o mundo o que aconteceu, em tempo real.

Se, com o fim da Guerra Fria, os EUA se tornaram um modelo de nação bem-sucedida, os ataques terroristas trouxeram um novo paradigma para as Relações Internacionais. A nação estadunidense se encontrou em vulnerabilidade diante do todo mundo, até porque, o choque do segundo avião com a segunda torre do *World Trade Center*, por exemplo, foi transmitido em tempo real. Este atentado sem precedentes em

solo americano, foi determinante para o direcionamento da Política Externa dos EUA no século XXI.

A exposição e a fragilidade causada pelos ataques, despertou posicionamentos e declarações de diversos setores estadunidenses que, ao se encontrarem com o fato, buscavam entender o ocorrido e sugeriam ações que deveriam ser seguidas pelo governo estadunidense. A mídia foi um desses setores.

Desta maneira, esta pesquisa escolheu o jornal “*The New York Times*” como objeto de estudo, do período de 12 de setembro de 2001 à 11 de setembro de 2002. Tendo por objetivo analisar o discurso, por meio da leitura dos editoriais, se houve um processo de securitização após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001.

Serão apresentados alguns conceitos que determinam esta pesquisa, as lentes teóricas, e então, faremos uma análise quantitativa da primeira semana pós 11 de setembro de 2001 e uma análise quantitativa do primeiro ano. A partir disto, uma apresentação final que discorre sobre a agenda determinada pelo periódico, o posicionamento frente aos desafios e as considerações finais.

2. Mídia e Relações Internacionais

2.1. Mídia como *atriz* das Relações Internacionais

A ascensão da mídia como um agente das relações internacionais, tem sua origem no desenvolvimento das tecnologias da informação e seu rápido envolvimento nas atividades sociais (CAMARGO, 2009). A expansão da Comunicação Internacional é vinculada ao desenvolvimento do capitalismo no século XIX e, principalmente, no período entre as duas Guerras Mundiais.

Julia Faria Camargo define a evolução da Comunicação Internacional como “uma relação caracterizada por domínio *versus* dependência e continuidades *versus* transformações” (CAMARGO, 2009). Já os conceitos de mídia e mídia internacional são definidos como:

Proveniente do latim *medium* (no plural: *media*) que significa ‘meio’, [...] é utilizado para designar genericamente os meios, veículos, e canais de comunicação. [...] O termo mídia internacional designa os meios de comunicação cuja informação produzida é vinculada em inúmeros países. A *mídia internacional* é, normalmente, caracterizada pelos atores que se destacam no cenário da comunicação global e cujo material é tido como referência para a

produção de diversos tipos de mídia ao redor do mundo. (CAMARGO, 2009, pág. 40)

Estão incluídos nestes meios de comunicação as agências internacionais que possuem escritórios espalhados em diversas regiões do mundo. Sejam eles jornais, rádios, redes de televisão, entre outros.

De acordo com Camargo, “o progresso das tecnologias da informação, a globalização da mídia e o surgimento das indústrias culturais, no século XX, incluíram novos atores no domínio internacional da comunicação-informação” (CAMARGO, 2009). Desta maneira, a comunicação internacional antes vinculada às trocas de informações entre governos, passou a ter novas fontes de produção de informação sobre os eventos que ocorriam no cenário internacional. O que projetou a mídia não apenas como um agente passivo de informação, mas também como formador de opinião, informação e – em alguns casos – formador de agendas.

A facilidade com que informações e notícias chegam mais rápido às diversas regiões do mundo, por diversos meios de comunicação, tem permitido o acesso das pessoas aos acontecimentos que ocorrem em todas as partes do mundo. Sendo esses meios de comunicação e suas notícias elementos formadores de opiniões e ideias, há uma grande importância da sua contribuição no direcionamento político e dos interesses de uma sociedade.

O estudo das teorias das Relações Internacionais, *a priori*, se fez baseado unicamente na importância das relações entre Estados-nações e suas implicações tal como guerra-paz, conflito-cooperação, tendo como base a teoria idealista e realista.

A relevância da opinião pública nas ações destes atores internacionais era desprezada, uma vez que havia o pensamento de que manifestações internas não influenciassem diretamente, ou de maneira “expressiva”, no processo de tomada de decisões na política externa de um governo.

Porém, com o avanço da tecnologia nos meios de comunicação, principalmente no desenvolvimento das mídias e seus desdobramentos – mídia impressa, radiodifusão, televisiva e pela internet -, o poder de influência destes meios tornou-se cada vez mais expressivo. A produção de informação passou a gerar impactos não só no comportamento

interno, mas também a influenciar (ainda que indiretamente) no processo de tomada de decisão dos atores internacionais.

Desta maneira, torna-se importante desenvolver pesquisas que busquem descrever e analisar o comportamento da mídia para com estes atores, vinculando-a como agente das relações internacionais, com poder de influenciar nos desdobramentos do sistema internacional.

2.2.Lentes teóricas

2.2.1. Duroselle e Renouvin

Renouvin e Duroselle, em *Introdução à História das Relações Internacionais* (1967), destacam a ação de “forças profundas” sobre os componentes das relações internacionais e sobre homens de Estado. Dentre elas, encontram-se as forças psicológicas coletivas.

A ação destas forças profundas sobre o psicológico coletivo, no campo das relações internacionais, detém considerada importância ao se tratar da “propaganda” de um Estado para com os outros. E, de maneira mais “agressiva”, para justificar as políticas de guerra perante a população e perante o sistema internacional.

Em uma democracia parlamentar ou presidencial, existe uma espécie de movimento de balança entre o governo, que procura tornar a opinião favorável a si [...] Por fim, é fora de dúvida que todo governo procura exercer uma ação sobre as atitudes coletivas dos países estrangeiros, em tempo de paz e, principalmente, em tempo de guerra. (RENOUVIN; DUROSELLE, 1967, p. 423)

Este “apelo” de determinados governos ao uso de meios de comunicação para impor e justificar a razão de Estado ou o totalitarismo, é chamado por Duroselle de “guerra psicológica”, que substituiria a “propaganda nacional” enfatizando as supostas ameaças internacionais e a necessidade de “se fazer algo a respeito”.

A técnica (guerra psicológica) vai mais longe que isso. Por exemplo, procura instaurar o terror, pelo atentado, pelo massacre de culpados e até de inocentes (bombardeio das populações civis, destruição de aldeias, assassinios, tortura). Ela vai também até ao ponto de violentar as consciências pela ‘lavagem do cérebro’, chamada por eufemismo de ‘reeducação do vencido’. (RENOUVIN; DUROSELLE, 1967, p. 425)

O governo faz uso de financiamentos e acordos para influenciar e direcionar as “informações” e o acesso que a população tem a elas. O que é chamado de meios de ação

de imprensa (RENOUVIN; DUROSELLE, 1967, p. 426) pelos autores, classificados em três tipos: (i) impregnação lenta; (ii) efeito de prestígio; (iii) orientação do conteúdo. Estes são, usualmente, utilizados em tempo de paz.

(...) Quando a mídia permite abrir espaço para que outras autoridades e grupos de interesses tentem realizar as suas constituições (...) isso pode ocorrer, por exemplo, quando instituições e políticos se utilizam da mídia para se autopromoverem; quando transmitem informações de interesses políticos pessoais; quando a mídia, por pressão de terceiros opta por não transmitir determinados assuntos; quando em um regime não democrático a mídia sofre forte censura e é dominada pelas fontes oficiais, etc.(CAMARGO, 2009, p. 28)

Já em período de guerra, a utilização da guerra psicológica como instrumento de manutenção da “boa imagem” do Estado é substancialmente feita, tendo caráter incisivo – porém não necessariamente eficiente – e de maneira mais substancial que no período anterior.

Nesse cenário identifica-se a busca crescente dos governos em exercer influência sob a mídia, de modo que, Román (2004, p.13) aponta que os governos vêm aperfeiçoando suas técnicas com o passar das guerras no controle sob a mídia, tendo como composto principal nessa estratégia as negociações junto aos editores e diretores das agências.

Dentro das estratégias usadas nesse conluio entre imprensa e governo, Knightley (KNIGHTLEY *apud* ROMÁN, 2004, p. 13) aponta que se segue um padrão previsível, a ver:

Em busca do apoio da opinião pública, os governos vêm aperfeiçoando técnicas ao longo das guerras. O controle direto da mídia pela censura, maioria das vezes negociada com os editores, compõe essa estratégia. [...] Primeiro a mídia relata a crise, que as tentativas de negociação não conseguem resolver. Sem negociação, apesar dos ‘esforços’, a guerra aparece como inevitável. Depois o líder inimigo é demonizado e são apresentados relatos de atrocidades. (ROMÁN, 2004, p.13)

Nesse contexto seria plausível o argumento de que bastaria os países e governos vítimas dessas estratégias envolvendo a mídia e a opinião pública, usarem suas mídias, canais de TV e redes de comunicação para construir um discurso favorável a si.

Desta maneira, o comportamento desenvolvido pela mídia, de acordo com os teóricos do período, era de “parceira” com os Estados, agindo em função destes. Porém, é importante destacar que, apesar de vinculada aos Estados, Duroselle reconhece o poder de alcance que a mídia já tinha naquela época, e seu poder de influência sobre as massas.

Ou seja, a interpretação era de que a Mídia era apenas um instrumento de difusão de pensamentos e agendas dos Estados, buscando atrair o apoio da opinião pública para suas ações, principalmente, ações de guerra.

2.2.2. Construtivismo

Com a globalização e a ascensão de novos agentes influentes no sistema internacional, as teorias clássicas – ainda que adaptadas com o tempo – não conseguiram abranger esses novos agentes. Por conta disso, novas teorias surgiram na busca de uma análise mais complexa do Sistema Internacional. Dentre elas, encontra-se o construtivismo.

A teoria construtivista das relações internacionais aborda de forma abrangente a questão das ideias, preferências e dos interesses coletivos, uma vez que um de seus níveis de análise é o da microestrutura, que gera influência na macroestrutura.

O nível de análise micro nas relações internacionais apresentados pelos construtivistas, leva em consideração as subjetividades dos atores, as suas preferências, razões, crenças e valores do âmbito externo, sendo que não precisam – necessariamente – serem essas razões (preferências e crenças) verdadeiras ou corretas, porém apenas que sejam “consideradas” ou “apresentadas” como verdadeiras para esses agentes.

Embora não exista um consenso teórico sólido entre os construtivistas, Fearon e Wendt (FEARON; WENDT, 2002, p. 57 *apud* CAMARGO, 2009, p. 22) fizeram uma análise das ideias convergentes entre os pensadores construtivistas e organizaram em quatro pontos:

O primeiro aspecto convergente baseia-se na suposição de que a principal preocupação do construtivismo relaciona-se com o papel das ideias na vida social. [...] O segundo argumento está relacionado com a construção social dos agentes. Os construtivistas não os consideram como “algo dado”, porém como resultado de uma construção de interesses e identidades que sofrem mudanças no decorrer do tempo. [...] As preocupações com os caminhos das pesquisas representam o terceiro ponto que os construtivistas concordam entre si. [...] A fim de se ter uma melhor compreensão dos eventos internacionais, o mundo deve ser visto como um todo integrado, como uma rede de inter-relações dinâmica. [...] O quarto ponto [...] é a oposição entre a premissa constitutiva e as explicações causais. Enquanto as explicações causais procuram estabelecer as condições pré-existentes de um efeito qualquer e afirmam que causa e efeito são fenômenos independentes, a intenção constitutiva, em contraste, procura estabelecer as condições que possibilitam que os objetos se tornem aquilo que representam. (CAMARGO, 2009, p. 22 e 23).

Existem outras diferenças significativas entre os autores construtivistas, que podem ser baseadas em conceitos filosóficos e sociológicos, levando a diferentes concepções dentro da teoria. Buscando uma compreensão destas diferenças, Adler (ADLER *apud* CAMARGO, 2009, p.23) divide os pensamentos construtivistas em quatro categorias: modernistas; modernistas-linguistas; radicais e críticos.

Os construtivistas modernistas são também chamados de neoclássicos [...] procuram descobrir os mecanismos sociais causais e constitutivos que participam das relações internacionais. Os construtivismo dos modernistas-linguistas, também conhecidos como “rule-oriented constructivism” [...] (defende que) a compreensão das relações internacionais só pode ser feita ao se considerar as normas e linguagens que constituem os fatos sociais. [...] Entender como as regras sociais são responsáveis pela constituição mútua e recíproca entre as pessoas e a sociedade. As perspectivas pós-modernistas e pós-estruturalistas se situam no terceiro grupo denominado pelo autor como radicais. [...] Eles acreditam que a realidade não pode ser verdadeiramente representada e que não é possível imprimir diferentes valores às constatações. E o último grupo definido por Adler é formado pelos construtivistas críticos que [...] defendem que um melhor conhecimento do mecanismo sobre o qual se baseiam as ordens políticas e sociais pode levar a uma emancipação da sociedade internacional.” (CAMARGO, 2009, p. 23)

Por enfatizarem em seus estudos o papel da norma e da linguagem, as reflexões dos construtivistas modernistas-linguistas são a base desta construção teórica, buscando uma associação entre a interpretação e o contexto subjetivo à análise das relações internacionais. Torna-se importante ressaltar, porém, que o papel da mídia em si não é analisado pelos autores desta categoria.

Essa ausência pode ser justificada pelo fato de o construtivismo – assim como os estudos da mídia – ser um assunto relativamente recente nos estudos das Relações Internacionais e também por sua base teórica, como já afirmado, não abordar temáticas específicas. (CAMARGO, 2009, p. 25).

Ao propor uma análise a partir do campo das ideias e valores no mundo social, pode-se criar um vínculo da mídia – que é um dos principais meios por onde circulam estes ideais – ao construtivismo enquanto instrumento teórico. A mídia seria responsável então pela disseminação de pensamentos, ideologias e princípios que determinam “tendências” questionadas (ou justificadas) pelos construtivistas.

Portanto, a construção dessas ideias e valores dos agentes é um elemento importante para as relações internacionais, partindo desse ideal construtivista. Sendo a mídia um meio de disseminação e formação de ideias, tem-se um instrumento de análise da relação entre os agentes internacionais e suas ações.

Assim, é possível refletir que a atuação da mídia – com a sua capacidade de construir e disseminar em larga escala realidades sociais por meio de seu discurso diário – compartilha com os outros agentes a função de constituir a definição de regras, identidades e interesses. (...) sob o prisma da teoria construtivista é possível entender as notícias como participantes do processo por meio do qual o mundo é construído e os significados são criados. (CAMARGO, 2009, p. 27-28)

Este processo de construção de regras, identidades e interesses por meio do discurso midiático torna-se mais perceptível em momentos de crise (guerras e conflitos) ou em grandes eventos internacionais. São nestes períodos que se tem maior concentração de atenção por parte da sociedade internacional e, por consequência, uma maior produção de informações sobre o assunto.

Ao definir – por meio de seu discurso – regras, identidades e interesses, a mídia assume o papel de construir um “ambiente ideológico” onde uma opinião (ou posição) é apresentada como informação, propondo uma agenda temática, se posicionando como “porta voz” da opinião pública.

O construtivismo afirma que a realidade não é material, e sim social. Portanto, o “papel da linguagem como a forma de apresentar, representar e mudar a realidade do mundo social” (CAMARGO, 2009, p. 26) se torna relevante ao se priorizar informações e acontecimentos, descrevendo-os de acordo com perspectivas ideológicas.

É esse discurso seletivo que influencia na formação de opiniões dos indivíduos. Sendo assim, a mídia cria um sistema de interpretação dos fatos e dos atores, levando aos receptores de seus discursos a formação da ideia de heróis e vilões e concepções sobre forças do bem e do mal. “A interpretação das regras e normas que vigoram nos discursos é fundamental para a compreensão da realidade internacional” (CAMARGO, 2009, p.26).

Entende-se que a mídia então ajuda a construir, nas palavras de Tuchman (TUCHMAN apud ROMÁN, 2004, p. 8), um “fenômeno social compartilhado” e não é um espelho da realidade.

Tuchman (1993) defende que a notícia não espelha a realidade. Para a autora, a notícia ajuda a constituí-la como um fenômeno social compartilhado, uma vez que no processo de definir um acontecimento, a notícia define e dá forma a esse acontecimento (ROMÁN, 2004, p.8).

Kratochwil (apud CAMARGO, 2009, p.26) afirma que a análise de discurso – as normas e regras presentes nos discursos – é um “tema metodológico inovador para a reflexão sobre os eventos afeto às relações internacionais (CAMARGO, 2009, p. 26).

Desta maneira, ao compreender as regras que regem os discursos, logo compreende-se a própria realidade. O mundo, então, passa a ser construído pelos discursos que utilizamos para nos referirmos a ele.

Dessa forma, para os construtivistas modernistas-linguistas a realidade do mundo social constrói e é construída por esses esforços em constituir consensos, regras e identidades. Para uma análise da mídia por meio do prisma construtivista, pressupõe-se que a percepção que os agentes possuem do mundo político – e sua atuação sobre ele – somente pode ser interpretada ao se enfatizar o papel das ideias e dos valores nas relações internacionais. (CAMARGO, 2009, p. 26)

No cenário Latino americano há a inclinação formada por uma perspectiva prévia: a leitura ocidentalista dos fatos internacionais. Tal leitura consiste na reprodução da abordagem democrática ocidental na interpretação dos fatos, o que na prática leva à falta de conhecimento sobre as partes conflitantes, uma apuração superficial dos fatos e a afirmação dos “princípios ocidentais” como olhar para “determinar” o que ocorre no mundo.

Tal lógica legitima a violência, o recurso à força armada e a destruição do outro em uma tentativa iluminista de salva-lo. Por essa ótica, a ‘globalização da guerra’ pode contemplar o direito à eliminação da vida em nome da difusão dos valores democráticos do ocidente no mundo árabe e em países que façam parte ‘do eixo do mal’. (MOITA LOPES; FABRICIO. 2005 apud CAMPOS, 2010, p.48)

As ações da mídia – enquanto agente construtor de regras, identidades e interesses –, de acordo com Julia Faria Camargo (2009), podem ser movidas de duas maneiras: (i) por diversos interesses (privilégios a políticos, disseminação de modismo, pressão para tomada de decisões); ou (ii) quando ela é usada como “palco” para autoridades e grupos de interesse, seja para promoção de interesses, quanto para a não divulgação de informações e fatos (censura).

Sob o prisma da teoria construtivista é possível entender as notícias como participantes do processo por meio do qual o mundo é construído e os significados são criados. São os significados transmitidos pelas notícias que definem e constituem os fenômenos sociais e, dependendo do assunto, eles podem ser abordados em uma escala global. (CAMARGO, 2009, p. 28).

Desta maneira, “o mundo social não é ‘natural’, porém linguisticamente construído” (CAMARGO, 2009, p. 25). Fruto da ação de agentes, entre eles a mídia, que criam e disseminam discursos que determinam padrões, regras e ideias.

A reprodução de notícias é também uma forma de se propagar um discurso por parte da mídia. Ou seja, replica-se o que fora publicado por agências internacionais de notícia “ocidentais” (BBC, Reuters, CNN, France Presse, entre outras), muitas vezes carregadas de conceitos e opiniões que levam à criação de rótulos e imagens que determinam conceitos de certo/errado, herói/vilão e bem/mal, o que é denominado por Onuf (ONUF *apud* CAMARGO, 2009, p. 30) de convenção:

Caso os interlocutores comecem a repetir determinado ato da fala, o qual gera um mesmo efeito, todos que estão envolvidos nessa rede começam a acreditar que essa repetição é significativa, pois ela passa a representar algo no mundo social. Quando ocorre essa situação específica de repetição, este fenômeno é chamado de convenção. (CAMARGO, 2009, p. 30)

Portanto, o Construtivismo se torna a “lente teórica” proposta para descrever as ações da Mídia como um agente das Relações Internacionais, por permitir a análise da construção de realidade social por meio dos discursos.

Para compreender a atuação da Mídia e seus métodos é necessário compreender os processos que envolvem segurança e suas agendas, e a securitização. O próximo capítulo falará sobre a escola de Copenhague que trouxe o debate para as questões citadas acima visando apresentar os conceitos e apresentar o contexto histórico.

3. Escola de Copenhague

Em meados dos anos 80 a Escola de Copenhague foi criada na Europa, com a finalidade de promover estudos para a Paz, a partir do debate para o entendimento do que é segurança. Os principais autores desta Escola são Barry Buzan e Ole Waever que contribuíram, principalmente, no entendimento da agenda securitária e conceito de securitização.

O contexto histórico se remete ao período próximo ao final da Guerra Fria. Neste período, as correntes teóricas para Relações Internacionais agenda de segurança aos Estados e a aspectos militares.

Neste período, a Escola identificou a influência das políticas do governo estadunidense no desenvolvimento das questões teóricas, visando a manutenção da Ordem da Guerra Fria e não a busca pela Paz.

Durante o auge do conflito bipolar, grande parte da literatura da área enfatizava, portanto, apenas os aspectos estratégicos e militares (Baldwin, 1995; Booth, 1991; Haftendorn, 1991; Nye e Lynn-Jones, 1988). Os estudos de segurança acabavam por legitimar políticas que reproduziam a mesma lógica responsável pela manutenção da ordem da Guerra Fria. [...]A partir disso é possível compreender a grande quantidade de centros de estudos para a paz na Europa, em detrimento de institutos destinados à conformação de estratégias nacionais, o que é regra nos Estados Unidos. (TANNO, 2003, p. 49).

A importância desta Escola encontra-se no desprendimento e desenvolvimento de teorias que contemplassem a realidade europeia e que fossem produzidas em solo europeu. Teorias que abrangessem questões que fossem além das estratégias militares, como migração e identidade nacionais. Promovendo o que Grace Tanno (TANNO, 2003, p. 52) chama de “europeização” das políticas de defesa e segurança, que estava enfraquecida com a aliança com os EUA.

Estabelecida nos anos 80 [...] a Escola de Copenhague visa a desenvolver um conjunto de conceitos e quadros analíticos para viabilizar a análise de segurança internacional sob uma perspectiva abrangente. [...] propõe que, nas análises de segurança, devam ser considerados além dos aspectos militares, os aspectos econômicos, sociais, políticos e ambientais. (TANNO, 2003, p. 53)

Desta maneira, a busca pela renovação teórica surgiu frente ao debate relativo ao conceito e os limites teóricos de segurança aplicados em Relações Internacionais. Os teóricos desta Escola identificaram que no conceito de segurança permeavam os valores, ou premissas, realistas que associavam segurança exclusivamente ao Estado e aos aspectos militares estratégicos.

Citando Buzan como base teórica, Vanda Amaro Dias descreve a segurança e o processo de securitização da seguinte maneira:

A segurança emerge assim como uma força política e prática discursiva que faz algo – securitiza – e não já como uma condição objectiva (ou subjectiva). Para esses autores, a segurança enquadra um assunto como um tipo especial de política, ou como estando acima da própria política, num espectro que pode ir de assuntos públicos não politizados, a politizados e, por fim, securitizados (ARADAU, 2004, p. 392; BUZAN, 1997, p. 14; BUZAN; HANSEN, 2010, p. 214). Nesse processo, a segurança é apresentada como uma condição de emergência que implica o uso dos meios necessários para impedir o progresso ou concretização da ameaça associada. (DIAS, 2011, p. 13 e 14)

O que pode ser entendido como um processo em que o discurso se torna a prática que determina o que é ameaça. Essa “securitização” não necessariamente é a descrição de uma ameaça real e concreta, porém, mesmo assim, é apresentada como tal. (DIAS, 2011, p 14). Buzan descreve o processo de securitização como:

The way to study securitization is to study discourse and political constellations: When does an argument with this particular rhetorical and semiotic structure achieve sufficient effect to make an audience tolerate violations of rules that would otherwise have to be obeyed? If by means of an argument about the priority and urgency of an existential threat the securitizing actor has managed to break free of procedures or rules he or she would the otherwise be bound by, we are witnessing a case of securitization. (BUZAN *et al.*, 1998, p. 25 *apud* BUZAN; HANSEN, 2009, p. 214).

Ao permitir que, por meio do discurso, um assunto seja “securitizado”, abrangendo o conceito de segurança para além das relações de forças militares, surge a interpretação de que:

[...] questões de segurança são construídas pelas práticas sociais. Processos de construção de segurança ocorrem, primordialmente, por meio de discursos proferidos pelos atores mais interessados em estabelecer as agendas de segurança. Questões políticas podem, portanto, sofrer processos/movimentos de “securitização” ou desecuritização. (TANNO, 2003, p. 57)

O que projeta a Mídia como um agente que transforma o processo de securitização é sua capacidade de alto alcance social, construindo identidades coletivas. A Escola de Copenhague não faz menção direta a ação da Mídia neste processo, porém, reconhece que existem agentes “securitizadores” que constroem agendas e questões de segurança independentes dos Estados.

A percepção de que agendas e questões de segurança são construídas por agentes tornou necessária a elaboração de quadros analíticos específicos para os setores político, econômico, societal, ambiental e militar. Passou-se a defender que cada setor ou área possui lógica própria, com regras, atores, códigos, discursos e, mais importante, objetos específicos de referência no campo da segurança que, não necessariamente, incluirão o Estado. (TANNO, 2003, p. 59).

Baseado nessa premissa, esta análise busca identificar pontos convergentes nos discursos dos editoriais do jornal estadunidense “*The New York Times*” (NYT) que visem a construção de uma agenda de segurança – no intervalo de um ano pós atentados de 11/set – e, a securitização deste assunto no cenário internacional.

4. Análise

4.1. O Jornal *The New York Times*

O Jornal “*The New York Times*” foi fundado em 1851 por Jarvis Rayond e George Jones nos Estados Unidos. É um jornal de circulação diária, distribuído nos Estados Unidos e em diversos países. Conhecido pelos seus editoriais e textos jornalísticos, o jornal se tornou referência ao trazer informações importantes, fazendo a cobertura de grandes acontecimentos históricos, como a Primeira e Segunda Guerra Mundial (VIANA; LIMA, 2001. P. 1 e 2).

Bruno Viana e Maria Érica Oliveira descrevem as características do jornal da seguinte maneira:

Sustenta o lema de informar com qualidade, amplitude e profundidade em uma vasta área de temas: notícias locais, nacionais, internacionais, negócios, cultura, ciência, opinião, artes, estilo, esportes e educação. Um reflexo da ampla cobertura é a frase estampada no canto superior esquerdo da primeira página do jornal, ‘*All news that fits to print*’. Atualmente se apresenta como um veículo independente de filiações partidárias, mesmo com um passado de apoio inicialmente a candidatos Republicanos, e posteriormente aos Democratas, nos Estados Unidos. (VIANA; LIMA, 2001. P. 2).

Também conhecido como “Dama de Cinza”, já recebeu mais de 100 prêmios Pulitzer de Jornalismo pela Universidade de Columbia nos EUA (um dos maiores na área do jornalismo). Em 2009, o jornal ganhou este prêmio pela cobertura profunda dos desafios políticos e militares dos EUA no Afeganistão pós atentados terroristas de 11/set.

A linha editorial tem foco na análise crítica dos acontecimentos, cobertura profunda de grandes acontecimentos internacionais e demonstra preocupação em discursar para além dos temas e assuntos estadunidenses.

Esse posicionamento de buscar trazer informações e notícias sobre o que acontece no cenário internacional, mantendo correspondentes em diversos países, fazendo análises e acompanhamentos de desdobramentos de fatos históricos, projetou o periódico como uma referência no jornalismo internacional.

Com os avanços tecnológicos, o jornal buscou se adaptar a essas mudanças se tornando uma companhia multi-plataforma de notícias e informações. Foi lançada a plataforma *NYtimes.com* com o objetivo de reposicionar a empresa no mercado e buscar alcançar os leitores que estariam migrando para o acesso à internet. A plataforma *on line* disponibiliza vídeos, notícias e artigos que são atualizados diariamente, com um serviço de assinatura que dá acesso ao usuário a todo o acervo da empresa.

Desta maneira, ao ser identificado como um meio de comunicação internacional de grande influência e respeito pelo jornalismo no mundo, a disponibilização completa do acervo no próprio *NYtimes.com*, na internet (ainda que limitada por quantidade de acessos por mês para não assinantes) e por não se declarar publicamente partidário, governista ou oposição no cenário estadunidense (buscando imparcialidade), o periódico foi escolhido para ser o instrumento para mapeamento de informações e análise dos desdobramentos que ocorreram após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001.

4.2. Análise dos Editoriais

Ao ser surpreendido pelos ataques às torres gêmeas do World Trade Center, os Estados Unidos da América (EUA) se encontraram em meio ao pânico gerado por um atentado em solo americano, e a necessidade de uma resposta à “altura” de uma superpotência mundial.

A exposição e a fragilidade causada pelos ataques, despertou posicionamentos e declarações de diversos setores estadunidenses que, ao se encontrarem com o fato, buscavam entender o ocorrido e sugeriam ações que deveriam ser seguidas pelo governo estadunidense.

Não foi diferente com a Mídia estadunidense. Por meio dos editoriais – espaço onde a posição de um grupo é apresentada – os meios de comunicação buscaram, neste período, participar deste momento histórico buscando propor ações, concordar (ou discordar) dos discursos e da política externa adotada pelo então presidente George W. Bush, ou até mesmo, buscando influenciar nos processos de tomadas de decisão.

Desta maneira, esta pesquisa escolheu o jornal “*The New York Times*” como objeto de estudo, do período de 12 de setembro de 2001 à 12 de setembro de 2002. Tendo por objetivo analisar o discurso, por meio da leitura dos editoriais, se houve um processo de securitização (BUZAN, 1998) após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001.

Faremos então a descrição analítica da primeira semana após os atentados e, a partir disto, uma apresentação final que discorre sobre a agenda determinada pelo periódico, o posicionamento frente aos desafios e as considerações finais.

4.2.1. 1º Dia – 12 de setembro de 2001

O primeiro editorial após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, publicado pelo jornal “The New York Times” foi intitulado de: “The War Against America; The National Defense” (A Guerra contra a América; a Defesa Nacional – tradução livre).

O texto é conduzido na discussão sobre o que deve ser feito para combater o terrorismo, questiona a fragilidade do sistema americano de Defesa, coloca em pauta temas sobre a liberdade individual *versus* as obrigações das Agências de Inteligência, além de pressionar o Governo Bush e seus aliados à uma resposta que garanta a segurança dos povos ocidentais.

O primeiro conceito apresentado pelo autor é de que o terrorismo não é algo novo, porém, estava sendo tratado à margem das operações de segurança nacional.

A partir de então, o autor não apenas sugere mas, passa a usar palavras de ordem a fim de determinar o que deve ser feito em resposta. Para ele, é o momento de uma reavaliação das atividades de inteligência e de defesa, além de um exame rigoroso que determine como o país deve enfrentar essas ameaças sem que as liberdades conquistadas sem sacrificadas.

As agências de inteligência são colocadas em questão pelo investimento que é feito pelo governo contra o baixo retorno que se deu. Cerca de US\$ 30 bilhões são gastos em espionagem, porém não houve interceptações que evitassem os ataques de 11 de setembro. É sugerido ainda que se aumente o investimento, o que facilmente seria conquistado no Congresso.

A opção pela cooperação com países “parceiros” de terroristas – por parte dos aliados dos Estados Unidos da América (EUA) –, é duramente criticada. O autor chega a dizer que quando Washington estava pronta para atacar, seus aliados agiram com “coração fraco” preferindo ignorá-los ao invés de confrontá-los. Para eles, o autor diz que a América deve fazer com que seus parceiros econômicos e políticos saibam que eles não podem mais ficar à margem deste conflito global.

Ao determinar o terrorismo como uma “ameaça global”, o autor afirma que os EUA devem reconhecer que as raízes do terrorismo vêm de problemas políticos e econômicos. De acordo com o autor, há um ressurgimento de ódios étnicos que estavam

“calados” pelos conflitos das superpotências da Guerra Fria. Ele afirma que o fanatismo religioso, a raiva (entre os que “ficaram para trás” pela globalização), a antipatia por valores civilizacionais e culturais ocidentais é o que alimenta o terrorismo e que não será fácil de superá-los.

É interessante notar que há um reconhecimento de que os EUA já sabiam da existência destes ressentimentos, porém apenas com os ataques terroristas, torna-se uma ameaça real e, de acordo com o autor, maligna ao ponto de desestabilizar os fundamentos da economia mundial e da sociedade civil.

Por fim, o autor afirma que o World Trade Center era um “centro nervoso da economia”. Ele termina dizendo que a América deve se preparar para enfrentar estas ameaças, e que um esforço nacional concentrado para refazer as defesas do país deve começar imediatamente.

Torna-se claro o “tom” impositivo que o jornal usa para se dirigir aos seus leitores. Não apenas retratando o que aconteceu, mas determinando o que tem que ser feito a partir de agora em resposta aos ataques de 11 de setembro de 2001.

4.2.2. 2º Dia – 13 de setembro de 2001

O segundo dia após os atentados terroristas inicia-se com uma reflexão às ações do governo nas últimas horas. No texto intitulado: “Demands of Leadership” (Demandas da Liderança – tradução livre) Bush é convocado a atender as “demandas” de sua liderança, a ter o controle da situação e a estar pronto para tomar “decisões difíceis, pelas razões certas”.

A demora em voltar à Washington – o Serviço Secreto temia pela segurança do presidente e o manteve distante da capital –, aliada à ausência de respostas aos questionamentos sobre as decisões que seriam tomadas causou um temor de que o Governo Americano não estivesse pronto para agir.

O texto carrega um tom de “tempo de guerra”. A imagem do presidente, fragilizada por falta de respostas urgentes é colocada em evidência como alguém que foi tomado pela surpresa e que, ainda, não teria todas as respostas para a população.

Mas, ao contrário do que se possa imaginar, o NYT traz neste editorial uma carta de apoio ao presidente Bush ao citar frases como “The nation relies on him...” (“A nação conta com ele...” – tradução livre) ou “Americans are more than ready to rise up and give him their support” (“Os americanos estão mais do que prontos para levantar-se e dar-lhe o seu apoio” – tradução livre). Desta maneira, é notável a motivação em se construir um discurso de unidade e apoio ao Governo Americano, em troca de respostas firmes e eficazes aos atentados.

O Segundo texto do dia 13/09/01 é intitulado de: “Allies Against Terror” (Aliados contra o Terror – tradução livre). O texto trata da necessidade que Bush terá em construir uma coalizão global contra o Terrorismo. Para o NYT, se os EUA querem combater o terrorismo de forma eficaz, terá que agir em conjunto com outros países, inclusive, com alguns países islâmicos.

Além da OTAN – que por tratado deve apoiar os EUA – e dos países europeus (Reino Unido, França, entre outros), os EUA devem conquistar também o apoio de Rússia e China. Estes países também enfrentam sérias ameaças de terrorismo.

O mais interessante é notar a citação de alguns países que são determinados como aliados de grupos terroristas como: Irã, Iraque, Síria, Líbia e Coreia do Norte. Eles são chamados de países patrocinadores de terroristas e em troca da reconstrução dos laços e sua aceitação com a comunidade internacional devem romper estes vínculos.

Além destes, existe um caso especial: o Paquistão. Aliado tradicional estadunidense até então, o Paquistão é visto como uma ameaça por ser um “patrono não oficial do movimento do Talibã do Afeganistão”. Tal movimento é creditado pelos atentados por suas suspeitas em abrigar Osama Bin Laden, chamado pelo NYT de “o terrorista internacional mais perigoso”.

O texto encerra com duas afirmações diretas e impositivas: “Terrorism operates internationally. The war against it must be organized internationally as well.” (O Terrorismo atua internacionalmente. A guerra contra ele deve ser organizada internacionalmente também. – tradução livre).

O último texto do dia, “The Necessary Courage” (A Coragem Necessária – tradução livre), trata de palavras de força e coragem à população – principalmente aos que vivem na cidade de Nova York – em encararem os fatos dos últimos dias.

O editor exalta a coragem dos bombeiros, socorristas e até cidadãos que se mobilizaram a fim de socorrerem os feridos dos atentados. Sua “fala” direciona-se em levar as pessoas a encontrarem forças em seguir, ainda que seja difícil encarar as ruínas das torres gêmeas. Forças em reconstruírem suas vidas, fortalecendo uns aos outros, ajudando uns aos outros. Seja doando sangue aos que precisam, seja ajudando na limpeza da região ou, seja contendo os medos e reações em cadeias. Essa é a coragem que eles precisam.

4.2.3. 3º Dia – 14 de setembro de 2001

No terceiro dia após os atentados, o assunto é o Afeganistão (“Rendezvous With Afghanistan” – “Encontro com o Afeganistão” – tradução livre). O NYT define o Afeganistão como “um país empobrecido e atrasado que ao longo dos séculos tem sido um campo de batalha e cemitério para os interesses das grandes potências”.

Sua análise parte do princípio que Osama Bin Laden tem seu principal campo de base no país. Mas, sugere que antes que os EUA iniciem uma ofensiva, devem agir com cuidado e habilidade superior.

Os interesses de países como Paquistão, Índia, Rússia, China e Arábia Saudita são colocados como importantes na hora de Washington fechar uma coalizão frente à Bin Laden. O texto afirma que “grande parte da atual ilegalidade do Afeganistão é devido aos erros passados de Rússia, Paquistão e EUA”.

É feita a partir de então uma análise dos países citados e suas influências na região. Os primeiros a citar são Paquistão e Arábia Saudita que, para o autor, apoiam o Talibã. Segundo ele, o “ponto de pressão” contra o Talibã seria por meio da fronteira com o Paquistão. Depois de o Pentágono pressionar, o governo do Paquistão indicou que vai cooperar. Já a Arábia Saudita teria uma “dívida” com o governo americano que, no passado, ajudou a garantir sua segurança. O que, daria condições ao Pentágono de exigir apoio.

A China é citada por ser o principal fornecedor de tecnologia militar avançada ao Paquistão. Há também o temor de uma revolta islâmica na província de Xinjiang (onde

mulçumanos compõem cerca de metade da população). A China seria um ator discreto mas forte para fazer pressão ao Paquistão na entrega de Bin Laden. Por fim, a Rússia que acredita que Bin Laden estaria ajudando as forças rebeldes na Chechênia pode interesse em apoiar os EUA.

O que se percebe é que o editor tenta criar um cenário internacional disposto a apoiar os EUA no que ele chama de “rota de coalizão” contra o Afeganistão. Uma análise em que se busca construir uma imagem de segurança e apoio internacional à causa americana.

O segundo texto do dia, “Mayor of the Moment” (Prefeito do Momento – tradução livre) trata do então prefeito de Nova York, Rudolph Giuliani. O periódico destaca as ações do prefeito nos momentos dos atentados.

A presença de Giuliani, seus discursos e tentativas de consolar, acalmar e reconstruir a cidade são tratados como louváveis pelo autor. Giuliani acompanhou de perto todas as ações e foi a primeira autoridade a se pronunciar. Ele, e o então governador George Pataki, recebem a palavras de gratidão por se fazerem presentes nesse momento de dificuldade.

4.2.4. 4º Dia – 15 de setembro de 2001

O primeiro texto do dia 15/09 é denominado de “War Without Illusions” (Guerra Sem Ilusões). Ele inicia denominando os ataques terroristas como “abertura da primeira guerra norte-americana no século XXI” que deve traçar um plano de batalha eficaz para sustentar um forte apoio internacional, confiando em uma campanha diplomática hábil.

Após a citação de Paul Wolfowitz, vice-secretário de defesa, que afirmava a existência de Estados que patrocina o terrorismo, o editor chega afirmar que não acreditava em uma invasão e ocupação militar no Iraque, Irã, Síria, Sudão e Afeganistão – que detém uma população combinada de 160 milhões de pessoas.

Ele “aposta” mais em pressão diplomática intensiva, sanções econômicas severas e apoio internacional conjunto para lidar com estes Estados. Mas, reconhece que uma invasão ao Afeganistão seria mais eficaz, embora não tão fácil. Algumas dificuldades na logística de uma invasão são listadas no texto.

Há no final uma breve avaliação de um apoio militar (aeroportos, áreas de estágios militares) por parte da Rússia, Arábia Saudita e Paquistão. O Paquistão mais uma vez é citado como “problemático”, o editor chega a afirmar que qualquer vitória americana no Afeganistão se transformaria em uma catastrófica derrota se a guerra “virasse” para o Paquistão – um país de 142 milhões de pessoas, armas nucleares e um estado fundamentalista islâmico.

Para o autor, a natureza do inimigo e o território onde ele se esconde prometem tornar a guerra longa e imprevisível.

O segundo texto do dia, “Heros Amid the Horror” (Heróis em meio ao terror – tradução livre), discorre sobre a bravura e coragem dos bombeiros que trabalharam para salvar as vítimas dos atentados. Destes, 350 morreram tentando salvar vidas. O texto exalta a coragem destes homens.

4.2.5. 5º Dia – 16 de setembro de 2001

O texto do dia 16/09 “In for the Long Haul” (Para o Longo Caminho - tradução livre) inicia-se com uma afirmação de que os americanos vão voltar às suas rotinas, seus trabalhos e estudos. “Não somos um povo que passa muito tempo olhando para trás” afirma o autor.

Com a proposta de “Seguir em Frente”, o texto compara o compromisso que os militares fizeram para proteger a América depois de Pearl Harbor, com o que ele chama de “missão compartilhada: acabar com o terrorismo”, chamada de nobre. É um apelo patriótico aos jovens que servirão nas tropas que devem ser usadas como resposta aos atentados.

Questões sobre incômodos que passarão a existir em aeroportos (revistas, filas), mudanças na política, baixas de soldados (em uma então provável invasão no Afeganistão), são levantadas, mas, tratadas como necessárias.

É feito um apelo ao comprometimento da população estadunidense a “algo maior que eles mesmos”, para defender não só uma bandeira, mas, um “sistema de crenças que inclui nossas liberdades civis básicas e uma tolerância inflexível”.

O segundo texto do dia 16/09, “The Faces Emerge”, trata dos mortos, desaparecidos e de pessoas que procuram seus entes queridos. Fazendo comparação entre a quantidade de cartazes pelas ruas (com fotos de pessoas desaparecidas), e os noticiários de pessoas que sobreviveram aos ataques, o NYC faz uma silenciosa homenagem a essas pessoas e suas famílias.

4.2.6. 6º Dia – 17 de setembro de 2001

O tema abordado no dia 17/09 se refere ao discurso feito pelo Presidente Bush em Nova York na sexta-feira, 14/09. Para o jornal, Bush conseguiu “virar o jogo” e se conectou com a cidade.

A postura de um presidente presente, humano e que se importa com o povo americano, é apresentada como um ponto positivo e louvável. O que é visto como a vitória da primeira batalha da guerra.

O editorial se mostra compreensivo aos desafios que o presidente tem a partir de então e, projeta Bush como um líder disposto a ajudar. Cita a aprovação de ajuda monetária para a reconstrução de Nova York e menciona que, pela reconstrução, Bush deixou de lado suas diferenças com os democratas e acenou em favor da cidade.

Desta maneira, nota-se uma valorização e engrandecimento da liderança do presidente, necessárias em períodos de instabilidade e medo. O discurso de que o “povo americano” tem um líder que fará de tudo para ajudar a reconstruir a nação, busca criar confiança e segurança no leitor.

O segundo texto do dia aborda a questão das agências de inteligência. O sentimento de que, se fossem mais valorizadas, se tivessem mais investimentos e recebessem maior atenção do Governo, as agências de inteligência poderiam ter previsto e evitado os atentados.

Outra questão levantada, se refere à legislação para as Agências de Inteligência. As regras estabelecidas (*Foreign Intelligence Surveillance Act – FISA – Lei de Vigilância de Inteligência Estrangeira*, tradução livre) foram criadas em 1978. São consideradas então antigas e ultrapassadas, deixando as agências de “mãos atadas” e impossibilitadas de obterem sucesso na espionagem de possíveis ameaças.

Apesar de se apresentar como favorável à revisão dessas regras, o periódico levanta o risco de que a pressão para relaxar as restrições das agências possa levar a abusos e, até mesmo, comprometer importantes princípios democráticos.

4.2.7. 7º Dia – 18 de setembro de 2001

No sétimo dia após os atentados ao *World Trade Center* (WTC) o assunto é referente à Economia estadunidense. Havia a expectativa de que quando as atividades fossem reativadas em *Wall Street*, um pânico generalizado direcionasse o mercado em queda livre. O que não aconteceu.

Ocorreram quedas no índice *Down Jones*, por exemplo, mas dadas as expectativas, o impacto foi menor. Empresas ligadas às indústrias de segurança, comunicação e entretenimento *at home* (dentro de casa – tradução livre) são citadas como destaques para ganhos neste período.

A crítica ocorre aos discursos do Presidente Bush que, de acordo com o editorial, não tranquilizaram os ânimos no mercado. Ao adotar uma postura de propor uma “caça às bruxas”, Bush trouxe mais incertezas ao mercado e ao povo americano que ainda está assustado.

Para estimular a atividade econômica, duas ações são apresentadas como vias de solução. A primeira se refere à redução de juros para reconstrução dos desastres e programas antiterrorismo. A segunda, faz menção à convocação de pelo menos 35.500 soldados da Guarda Nacional que exigiriam novas contratações na indústria armamentista, gerando novos empregos.

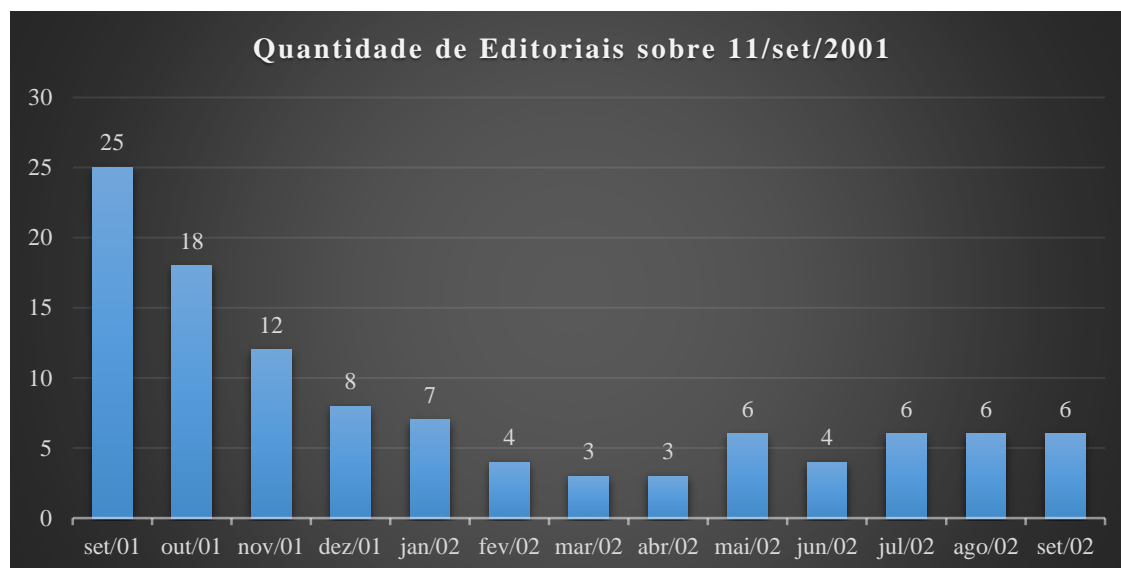
Para finalizar, o texto faz afirmações buscando transmitir confiança e segurança ao leitor. Para o jornal, os americanos devem manter a calma, confiar na sólida economia dos Estados Unidos que deve evoluir com o tempo. O último parágrafo traz o “tom” nacionalista e patriótico no qual os cidadãos possam se sentir conectados a este momento passageiro, de uma nação que se levantará melhor, unida e ainda mais forte.

4.3.Eixos da Notícia

Dos editoriais publicados no período de 12 de setembro de 2001 à 11 de setembro de 2002, 108 foram utilizados para a pesquisa com base na classificação (pelo próprio

jornal) de assuntos ligados aos atentados. A representatividade do tema ficou desta maneira:

Gráfico I



Fonte Gráfico: *nytimes.com*

Pode-se observar a importância que foi dada ao assunto no intervalo escolhido. Partindo do princípio que a publicação do jornal é diária e sua fonte de informações base é a cidade de Nova York, se fizermos a projeção de 1 editorial por dia (em média), serão 365. Sendo assim, se compararmos os 108 editoriais temáticos com o total publicado no período, a representatividade se estabelece com 30% de tudo o que foi publicado.

Após a primeira semana de cobertura dos desdobramentos do atentado, alguns conceitos e palavras chaves foram pontuados. As principais frentes temáticas que passam então a serem abordadas, discorrem sobre: (a) a Liderança de George W. Bush como um líder nacional; (b) Guerra ao Terror (chamada mais adiante de Doutrina Bush); (c) Legislações e Agências de Inteligência; (d) Segurança doméstica e de aeroportos; (e) Reconstrução de Nova York e distribuição de socorro; (f) Afeganistão – invasão e reconstrução; (g) Iraque – rumores de uma invasão; (h) Economia; (i) Direitos Humanos e os Tribunais Militares.

4.3.1. Liderança de George W. Bush

Bush é apresentado como um líder improvável que, ao se deparar com os atentados terroristas, teve que se posicionar e conduzir a nação americana. Quando vinculado ao

atendimento às vítimas dos atentados, Bush é visto como um presidente humano, que se importa com o povo, que abraça as crianças, que consola as viúvas, alguém com quem o povo americano pode contar.

Na política externa, Bush é visto como um presidente forte que estaria disposto a fazer o que fosse possível para derrubar o regime Taliban, capturar Osama Bin Laden e garantir a segurança dos países democráticos.

4.3.2. Guerra ao Terror – Doutrina Bush

Dando sequência ao posicionamento de Bush na política externa, a Guerra ao Terror lançada no mesmo dia em que aconteceram os atentados e os desdobramentos que viriam a partir dela, é chamada mais adiante de Doutrina Bush. Esta, contempla os conceitos de ameaça, terrorismo, inimigo e determina os países que são chamados de Eixo do Mal.

É por meio do discurso da Guerra ao Terror que Bush justificou a invasão ao Afeganistão e, posteriormente, começou a construir as bases para validar a invasão ao Iraque.

Para o jornal, Bush agiu certo. Os americanos precisavam de uma resposta aos atentados e Bush se posicionou como um Presidente dos Estados Unidos deve se posicionar, apesar de suas falhas.

4.3.3. Legislações e Agências de Inteligência

Talvez a principal crítica ao governo americano se encontre na questão das Agências de Inteligência. Para o jornal, as agências estavam sucateadas e não receberam investimentos necessários após o fim da Guerra Fria.

Há a afirmação de que, se elas estivessem fortalecidas e operando com qualidade, poderiam ter previsto e evitado os atentados. É citado, como exemplo, o fato de terroristas procurados pelo FBI (*Federal Bureau of Investigation* – Agência Federal de Investigação, tradução livre) conseguirem embarcar nos aviões que se chocaram às Torres Gêmeas. O que poderia ser previsto se houvesse mais integração entre a CIA (*Central Intelligence Agency* – Agência Central de Inteligência, tradução livre) FBI e NSA (*National Security Agency* – Agência de Segurança Nacional, tradução livre).

Outra crítica se refere à legislação para estas agências. Para o jornal, as leis são ultrapassadas e deixam as agências de “mãos atadas” para agirem com liberdade e serem mais efetivas. Porém o risco de que a livre espionagem seja ilegal e fere os princípios da democracia, são apresentados como pontos de atenção e cuidado na revisão destas leis.

4.3.4. Segurança doméstica e aeroportos

Neste ponto, o discurso é coerente com as ações do governo para transmitir a sensação de segurança aos cidadãos americanos. É notória a busca pela conciliação, uma vez que as ações afetam diretamente a rotina de muitos americanos.

As revistas nos aeroportos se tornaram mais intensas, o tempo para o embarque em um vôo passou a demorar, em média, 1h de espera. São transtornos que não aconteciam antes dos atentados, que precisam de um discurso de incentivo que valorizem estas ações.

Para o jornal, estas ações são importantes para garantir a segurança nos céus, valendo o “preço” de demorar um pouco mais para chegar nos seus destinos.

4.3.5. Reconstrução de Nova York e distribuição de socorro

De caráter doméstico, este tema é importante na construção de um discurso de unidade em prol de um bem maior. As pessoas que trabalharam nos resgates (bombeiros, policiais) são chamados de heróis por doarem suas vidas para salvar outras pessoas.

Aliado a isso, é levantada a preocupação de que as famílias afetadas pela destruição causada pelos atentados, sejam socorridas de maneira efetiva e honrável. As ações dos governos (prefeitura, governo do estado e presidência) imediatas para ajudar as pessoas são criticadas por não serem organizadas e contemplarem todos.

Pauta recorrente durante todo o período, demonstra a preocupação em honrar a memória dos que se foram, reconstruindo a área afetada pelos atentados, reerguendo as atividades econômicas em *Wall Street* e reforçar o sentimento de unidade da nação americana em meio às adversidades.

4.3.6. Afeganistão – invasão e reconstrução

A invasão ao Afeganistão buscando capturar Osama Bin Laden, é apresentada como a resposta que os americanos esperavam. O jornal faz “coro” ao governo no discurso de que é responsabilidade dos Estados Unidos perseguir e derrubar o governo Taliban, considerado como a base principal do terrorismo.

Porém, desde o início algumas citações direcionam o discurso a fim de preparar o povo americano para uma guerra longa, contra um inimigo hostil e vingativo que não está um lugar só.

Após o sucesso em conquistar a capital do Iraque, o Afeganistão volta ao centro das atenções pela debilidade na reconstrução de um governo sólido que evite a volta do Taliban. Os EUA deveriam se comprometer a ajudar neste novo processo.

4.3.7. Iraque – rumores de uma invasão

O Iraque foi classificado como pertencente ao “Eixo do Mal” desde o primeiro discurso de Bush. Saddam Hussein é classificado como um ditador que é parceiro dos terroristas, fornecendo armamentos e refúgio.

Além disso, Bush afirma que o Iraque estava produzindo armas químicas. Sob o discurso de que o inimigo não é um Estado e não se encontra em um local apenas, o jornal legitima uma provável invasão ao Iraque fazendo algumas ressalvas.

Para eles, o custo de abrir mais uma frente de guerra pode ser caro e não trazer os retornos esperados. Porém, também afirma que Saddam é uma ameaça e que, em algum momento, deve ser derrubado.

No período analisado, a invasão não chegou a acontecer.

4.3.8. Economia

A economia americana, após o final da Guerra Fria, sempre foi apresentada como um exemplo de sucesso e prosperidade. *Wall Street* é conhecida no mundo inteiro, as torres gêmeas eram consideradas o “coração” das transações econômicas nos EUA.

Com os atentados, houve um temor do mercado de que a economia ficasse fragilizada. Porém, as convocações de soldados para a guerra no Afeganistão, as ações de

segurança por todo o país, voltaram a movimentar a economia, principalmente a indústria armamentista.

A preocupação, neste ponto, ocorre em tranquilizar cada leitor, afirmando que a economia americana é forte, vai evoluir e se tornará mais forte depois de “tudo”.

4.3.9. Direitos Humanos e Tribunais Militares

A última frente temática aborda questões sensíveis e, para o jornal, preocupantes. Após os atentados, ações abusivas começaram a surgir tanto nos campos de guerra, quanto em solo americano.

Centenas de pessoas foram presas sem acusações formais, muitas vezes sem direito à ampla defesa, indo totalmente contra aos princípios democráticos e de liberdade que basearam a criação dos Estados Unidos da América. Descendentes de árabes foram perseguidos por todo o país, muitos destes, presos sem nenhuma justificativa.

Nos campos de guerra, prisioneiros foram julgados em tribunais militares sem transparência e apresentação de provas. Ou então, foram levados para a Prisão de Guantánamo, sofrendo até tortura e abusos de poder.

Durante todo o período os editoriais sobre este assunto alertam para abusos e desrespeito aos Direitos Humanos que, devem ser levados em conta, mesmo que o réu seja um terrorista.

5. Considerações Finais

Os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 mudaram o curso da história dos Estados Unidos da América. Desde o fim da Guerra Fria, o país não enfrentava uma ameaça que desafiasse de maneira grandiosa o *status quo* da potência americana.

Com os atentados, o governo americano se deparou com um novo paradigma: o terrorismo. É claro que a prática já ocorria anteriormente, como no caso do atentado à embaixada americana no Líbano em 1983, porém, em solo americano, era a primeira vez que algo de tamanha grandeza acontecia.

Este paradigma tem norteado a política externa estadunidense até hoje. Para garantir uma “resposta” que atendesse as expectativas do povo americano, o presidente

Bush declarou guerra ao terrorismo, invadiu o Afeganistão, conquistou alianças importantes (Rússia, China) e reforçou o compromisso americano de proteger o mundo. Para alcançar apoio, os discursos do presidente Bush foram constantes e voltados aos diversos públicos necessários.

O jornal *The New York Times*, enquanto agente das relações internacionais (mídia), por meio da análise dos editoriais, se apresentou como participativo neste processo de construção de opinião. As críticas e sugestões mostram a disposição deste em ser determinante neste processo histórico, buscando contribuir em uma linha de comunicação independente que debatesse os desdobramentos dos atentados de maneira singular e independente.

A agenda de segurança proposta pelo jornal, caminhou na direção de compreender todas as “faces” deste momento, fosse falando do socorro prestado e da mobilização dos cidadãos em ajudar as vítimas, fosse se posicionando sobre o que deveria ser feito em questão. Os discursos de Bush foram, em suma, os principais instrumentos para os posicionamentos do grupo NYT.

Desta maneira, esta pesquisa buscou analisar, por meio dos editoriais, a construção da agenda de segurança na cobertura dos atentados terroristas, sob a ótica do jornal *The New York Times*.

6. Anexos – Editorias

The War Against America; The National Defense

Published: September 12, 2001

As the nation assays the horrific human and physical losses of yesterday's brutally efficient terrorist attacks, it must also begin the urgent work of determining how an open and democratic society can better defend itself against a threat that conventional armies and weapons cannot defeat.

Terrorism is not new, but the scale and audacity of the attacks in New York and Washington make it obvious that familiar defensive strategies are inadequate and that the fight against terror must move from the periphery to the center of American national security planning and operations. An unconventional and frightening assault on the

American homeland has commenced. The American people and their leaders must mobilize the resources to meet it.

This cannot be just another moment when the president declares that the United States is unbreakable, when American military forces strike back ineffectually and when airport security is tightened for a month or two. It must be the occasion for a fundamental reassessment of intelligence and defense activities. There must be an exacting examination of how the country can face this threat without sacrificing its liberties.

The best defense against terrorism is good, timely intelligence. The Central Intelligence Agency and other organizations have enjoyed some quiet victories, but much more must be done to try to infiltrate terrorist groups and to track their activities and communications. No one suggests this is easy or inexpensive work, but for the nearly \$30 billion that Washington spends on spying, the nation should know more about terror networks and their plots. If more money can be usefully invested in these efforts, it can be provided by Congress.

When retaliation is warranted, as it will be in this case once the organizers have been identified, Washington needs light but lethal weapons to attack terrorist compounds in remote locations. Cruise missiles can be effective, but even more accurate weapons may be needed that can be used in coordination with enhanced intelligence information.

When Washington has prepared to act in the past it has often been stymied by faint-hearted allies. Some of America's closest friends have found it more useful to do business with countries that have either supported terrorists on their soil, been indifferent to them or been too afraid to go after them. America must let its economic partners and allies know that they can no longer stay on the sidelines of this global conflict.

While the United States must retain its conventional and nuclear war-fighting machinery, the government needs to consider a reallocation of resources to homeland defenses against unorthodox threats. That was the largely ignored recommendation of a national commission headed by former Senators Gary Hart and Warren Rudman that early this year noted that the relative invulnerability of the nation to catastrophic attack could soon end because of terrorist threats.

When all that suicidal terrorists need to crumble the twin towers of the World Trade center are airplane tickets from Boston to Los Angeles, it seems reasonable to wonder again why a missile shield should be Washington's highest priority.

Tightened airport security seems such a painfully obvious way to enhance homeland security after yesterday's strikes, all of which used hijacked commercial airliners as deadly weapons. A nation with the resources and technological skills of the United States can develop detection systems that are far more sophisticated than those normally in use today. Indeed, there are already machines that can detect plastic explosives and other non-metallic devices, but they have been installed in only a few airports because they are expensive and deemed an inconvenience.

Americans must rethink how to safeguard the country without bartering away the rights and privileges of the free society that we are defending. The temptation will be great in the days ahead to write draconian new laws that give law enforcement agencies - or even military forces -- a right to undermine the civil liberties that shape the character of the United States. President Bush and Congress must carefully balance the need for heightened security with the need to protect the constitutional rights of Americans. That includes Americans of Islamic descent, who could now easily become the target for another period of American xenophobia and ethnic discrimination.

Terrorism is a global threat. Part of the challenge for the United States is to recognize that the roots of terrorism lie in economic and political problems in large parts of the world. The end of the cold war has brought a resurgence of ethnic hatreds that were often stilled by the superpower conflicts between East and West.

The United States must therefore be adroit as well as strong. It will not be easy to address religious fanaticism or the anger among those left behind by globalization. The distaste of Western civilization and cultural values that fuels terrorism is difficult to overcome.

Americans have long known that these resentments existed. The nation must now recognize and address the fact that hatred has turned into a malignant threat that can destabilize the underpinnings of the world economy and civil society. The World Trade Center was not just a symbol of American prosperity. It was an economic nerve center.

As horrible as it is to imagine, the United States must also consider a future in which the assaults carried out yesterday may be overshadowed by even more lethal nuclear, biological or chemical attacks by terrorists. We have long known that these dangers could be part of our future. It is now clear they may be nearer than most people thought. A concerted national effort to remake the nation's defenses must begin immediately.

The War Against America; An Unfathomable Attack

Published: September 12, 2001

Remember the ordinary, if you can. Remember how normal New York City seemed at sunrise yesterday, as beautiful a morning as ever dawns in early September. The polls had opened for a primary election, and if the day seemed unusual in any way, that was the reason -- the collective awareness that the night would be full of numbers. All the innumerable habits and routines that define a city were unbroken. Everyone was preoccupied, in just the way we usually call innocence.

And by 10:30 a.m. all that had gone. Lower Manhattan had become an ashen shell of itself, all but a Pompeii under the impact of a terrorist attack involving two airliners that crashed into the World Trade Center and then brought its twin towers down. In Washington, a third plane had plunged into the Pentagon. The president was for a long while out of sight, his plane seeming to hop around the middle of the country in search of security. For all Americans, the unimaginable became real.

In his evening speech, George W. Bush said yesterday was a day we would never forget. It was, in fact, one of those moments in which history splits, and we define the world as "before" and "after." As the scenes of the explosions replayed themselves on television throughout the day, the shock only deepened as we began to perceive the suffering those pictures from New York and Washington concealed -- office workers at the World Trade Center, caught in the collapsing lattices of glass and steel, and the unbelieving passengers aboard the second airliner as it swooped below the smoke in the north tower, already burning, and plunged into the southern one.

Last night was full of numbers, but they were the numbers of the dead and wounded, a list still stunningly incomplete and likely to remain so for days to come. Every routine, every habit this city knew was fractured yesterday. If a flight full of commuters

can be turned into a missile of war, everything is dangerous. If four planes can be taken over simultaneously by suicidal hijackers, then we can never be quite sure again that any bad intention can be thwarted, no matter how irrational or loathsome. We have nearly all had occasion to wonder how civilians who suddenly found their country at war and themselves under attack managed to frame some memory of life as it once was. Now we know. We look back at sunrise yesterday through pillars of smoke and dust, down streets snowed under with the atomized debris of the skyline, and we understand that everything has changed.

As distinctive as the World Trade Center was in its dominance over the city, it was also a profoundly ordinary place. This we learned for the first time when it was bombed in 1993 and out of its stairwells and exits came our friends and neighbors, smudged and grimacing. It was also, as now appears too plainly, shockingly naked against the sky, its only real defense the happy confidence that there were some things that no human being would want to do, and others that none could possibly carry off.

Commentators throughout the day yesterday dwelled on the scale of the planning this terrorist mission must have required. But it is just as important to consider the intensity of the hatred it took to bring it off. It is a hatred that exceeds the conventions of warfare, that knows no limits, abides by no agreements. We had presumed that the very excess of such emotions made them erratic, that instability and inefficiency were securely coupled. But that was when we lived on the other side of history's rift.

What we live with now, beyond shock and beyond the courage witnessed on the streets in New York and Washington yesterday, is an urge for reprisal. But this is an age when even revenge is complicated, when it is hard to match the desire for retribution with the need for certainty. We suffer from an act of war without any enemy nation with which to do battle. The same media that brought us the pictures of a collapsing World Trade Center shows us the civilians who live in the same places that terrorists may dwell, whose lives are just as ordinary and just as precious as the ones that we have lost. That leaves us all, for now, with fully burdened emotions, undiminished by anything but the passage of the few hours that have elapsed since midmorning yesterday. There is a world of consoling to be done.

Demands of Leadership

Published: September 13, 2001

George W. Bush is facing multiple challenges, but his most important job is a simple matter of leadership. The nation, reeling from this week's terrorist attacks, needs to see its president in control, ready to make tough decisions for the right reasons. Expressing determination to punish the people who organized the assaults on the World Trade Center and the Pentagon is important, but not nearly enough.

The administration spent much of yesterday trying to overcome the impression that Mr. Bush showed weakness when he did not immediately return to Washington after the terrorists struck. That is not the issue that most concerns the American people. If the Secret Service felt the president would be safer somewhere else, the country is prepared to accept that and move on. What matters now is what Mr. Bush plans to do next. The disturbing part of the administration's performance on Tuesday was the refusal of the president or any member of his cabinet to field questions about the fast-moving and frightening events. For most of the day, while the nation watched pictures of the World Trade Center towers toppling, the only visible figure in Washington was Karen Hughes, counselor to the president, who declined to take questions.

The fact that Mr. Bush has begun to visit the attack sites is welcome news. The president has always been good at connecting with average Americans, and his rightful place now is lending support to the people who have lived through these catastrophes. This is particularly true in New York. There has never been much love lost between the city and this chief executive, but New Yorkers need to see, in this crisis, that he is their president too.

Mr. Bush has already called for a new tone in Washington, comparable to what a nation summons in wartime. The president has frequently committed himself to a bipartisan approach in government, and now is the time to honor that pledge. Some wartime presidents broadened their cabinets to include members of the opposition. Mr. Bush need not reshape his government, but he does need to reach across the aisle to Democratic Congressional leaders for ideas as well as support. The challenges, after all, may include a rethinking of priorities on defense and security, something that cannot be carried out without transcending partisan politics.

In the days ahead, Mr. Bush may be asking the nation to support military actions that many citizens, particularly those with relatives in the service, will find alarming. To lead well, he must convince the nation that his decisions are both smart and principled. The nation relies on him to be above a personal impulse for revenge. Being angry is a luxury reserved for the public, which counts on the president to exercise more measured judgment.

He must also show that he knows what he is doing. Mr. Bush came to the White House with as little preparation in international affairs as any modern president. That does not suggest he will be unable to rise to the occasion. But it does mean that the nation will be watching him somewhat nervously, in need of assurance that he is making wise decisions. The best way he can earn the country's confidence is by appearing frequently in public, and by not being afraid to answer questions. In the last two days, Mayor Rudolph Giuliani and Gov. George Pataki of New York have tirelessly made themselves available to an uneasy public that needed reassurance. Often it was enough to see them acknowledge that they did not know all the answers.

On the economic front, the attacks this week obviously came at a fragile moment. No president can use words to change basic economic trends. But both Bill Clinton and Ronald Reagan understood that a president can help to generate confidence by statements and actions. Mr. Bush should summon business leaders and economic experts to show that he will do what is necessary to restore that confidence and help the nation's financial center get back on its feet.

Mr. Bush remains an untested figure in the eyes of many Americans. His words have shown that he well understands the dimensions of the challenge that he now faces. He can best find his voice, and lead, by actively and visibly engaging and sharing his thinking and his confidence in the future. Americans are more than ready to rise up and give him their support.

Allies Against Terror

Published: September 13, 2001

If the United States is to combat terrorism effectively in the weeks ahead it will have to act in concert with other nations, including a number of Islamic countries. President Bush has recognized the need for international cooperation in his public

statements and conversations with foreign leaders since the terror attacks on New York and Washington. Like his father in the Persian Gulf war, he must build a coalition of nations that is prepared to act.

Global coalition-building has not come easily to the Bush administration. In his first months Mr. Bush has tended to stress independent American action, especially in matters of defense. The United States will also be asking for assistance that some nations will not give easily. America's allies and even its rivals must agree to bring their governmental resources to bear against terrorist groups. Members of these organizations must be tracked down in their travels, and any government or organization that gives them aid or sanctuary must be punished by a united international community.

To this end, the administration must mobilize traditional allies like its NATO partners, which are obligated by treaty to help America defend itself when it is attacked, and which have given assurances that they will do so. Washington is right to try to enlist other countries as well, including Russia and China, nations that face serious terrorist threats themselves.

Mr. Bush must also seek cooperation from responsible Arab and Islamic governments, just as his father did in preparing to drive Saddam Hussein out of Kuwait. A particularly difficult challenge is posed by Pakistan, a traditional American ally that now acts as unofficial patron to Afghanistan's ruling Taliban movement. The Taliban is believed to be sheltering the most dangerous international terrorist, Osama bin Laden. Although no conclusive evidence has yet linked Mr. bin Laden to this week's attacks, he is among the chief suspects. Washington made clear yesterday that its patience with Pakistan is rapidly running out.

A different kind of problem is posed by the handful of governments that sponsor or aid international terrorist groups. These include Iran, Iraq, Syria, Libya and North Korea. Several of those nations now seek to rebuild ties with the international community. The price for their acceptance must include a complete severing of all links with terrorist organizations. Terrorism operates internationally. The war against it must be organized internationally as well.

The Necessary Courage

Published: September 13, 2001

Sooner or later, we all wonder if we have it in us to be brave when bravery is needed. Ever since New York City was struck by a terrorist attack, the answer has been coming in, and it is just what we hoped for and expected.

Since this long, long story began two mornings ago, we have heard episode after episode in which someone, coming down or going up the stairwell of the World Trade Center, perhaps, or trapped outside in the coils of a dark burning cloud with strangers, has done just what needed to be done, and it was more than enough. In Lower Manhattan yesterday, exhausted emergency workers of every kind acted as though there were nothing special to think about what they were doing. They had come up against simple need and acted in plain duty.

There is another kind of courage besides the kind that has been tested in fire and smoke downtown. It is the kind the whole city will be needing in the weeks ahead. It may simply be the strength to damp down the anxiety people naturally feel in the aftermath of this attack. It may be the ability to look neighbors who have lost someone directly in the eye and to accept the pain that comes with making connection. For most of us, who cannot perform medical triage or help shift debris from smoldering building sites, what needs doing most may not be obvious. But sooner or later it will make itself known, and doing it will be more than enough.

For a while yesterday afternoon the wind blew from the south, carrying the plume of smoke rising from the rubble of the World Trade Center north over Manhattan and allowing Brooklyn, which had been under a pall since early Tuesday morning, to breathe for a bit. North of 14th Street, residents of Manhattan had been walking block to block almost idly, with children and pets, with friends, with cell phones. But the smoke took the idle out of their walk, and they began to move toward the police barricades at 14th Street, trying to peer southward through the haze. Some stopped to read the blood-donation circulars posted on street lamps and make their way in the directions indicated. Some covered their mouths and wiped their eyes. Some even passed out small American flags. Everyone looked downtown for something that was no longer there.

Two miles farther south, a few blocks above the buried World Trade Center plaza, the chaos of Tuesday had given way to remarkable order and precision. Enormous trucks loaded with wreckage — a twist of steel skin from the facade of one of the fallen buildings, a crushed coffee and bagel cart, a flattened auto — stopped briefly to be hosed

down before heading out. Uniformed men and women flowed past the National Guard barricade purposefully, wearing hospital scrubs, police blues, a firefighter's rigging, or sometimes just a face mask and a carton of bottled water. No one seemed to be directing the flow at that checkpoint, but no direction was needed. A steel hulk jutted out of the base of the column of smoke in the distance. People walked forward until they found something that needed doing, and then they did it.

Rendezvous With Afghanistan

Published: September 14, 2001

Anyone wondering how the United States is likely to respond to this week's terrorist attacks on New York and Washington should consult a map of Central Asia — like the one on this page. Unless the evidence trail takes an unexpected turn, it will lead American diplomacy, and quite possibly American combat forces, into one of the world's most volatile and tangled regions. At its epicenter lies Afghanistan, an impoverished and backward nation that over the centuries has been a battleground and graveyard for the interests of great powers. To avoid a similar fate, Washington will have to act with exceeding care and skill.

Afghanistan is the principal base camp and sanctuary for Osama bin Laden, the prime suspect in the terrorist attacks. But any American effort to deal with the bin Laden organization will inevitably touch on the concerns of other nations that share this troubled neighborhood, including Pakistan, India, Russia, China, Iran and Saudi Arabia. Washington's initiatives will be more effective if they take account of the interests, and where possible enlist the support, of these regional powers. Ill-conceived or -executed policies can easily backfire. Much of Afghanistan's current lawlessness is due to the past mistakes of Russia, Pakistan and the United States.

Afghanistan is largely under the control of the Taliban, an Islamic fundamentalist movement supported by Pakistan and Saudi Arabia, two nations that have traditionally close, but sometimes uneasy, relationships with the United States. With the Taliban's blessings, Mr. bin Laden operates terrorist bases and training camps in southern Afghanistan, near the Pakistani border.

The most effective pressure point on the Taliban should be Pakistan, whose army and intelligence agencies helped it win control five years ago and help sustain it today

despite international sanctions. Pakistan, under the control of a military dictator, Gen. Pervez Musharraf, has until now rebuffed American requests to help secure Mr. bin Laden's arrest. The Bush administration has sharply ratcheted up the pressure on Pakistan this week, as well it should, and Pakistan indicated yesterday that it may cooperate.

Saudi Arabia, one of the two countries besides Pakistan to maintain diplomatic ties with the Taliban, can play a critical role. Washington has long helped guarantee Saudi security. With America's own security now at risk, Americans have the right to demand Riyadh's aid in compelling Afghanistan to turn over Mr. bin Laden.

China also has a fresh opportunity to deliver on its stated desire to improve relations with the United States. China is Pakistan's chief strategic ally and main supplier of advanced military technology. China fears a spillover of Islamic terrorism into its own western province of Xinjiang, where Muslims make up about half the population. Beijing can advance its foreign and domestic interests by insisting that Pakistan help bring Mr. bin Laden and other terrorists to justice. India might also be a willing partner. But its role should be low-key to avoid unnecessary complications with Pakistan and China.

Russia, for its part, believes that Mr. bin Laden is aiding rebel forces in Chechnya and might be happy to support American moves against him. Russia and America have already worked together supporting United Nations sanctions against Afghanistan.

Successfully managing all these interlocking relationships has been hard enough for Washington during times of relative tranquillity. As the United States embarks on what could well be a collision course with Afghanistan, President Bush will have no margin for error as he navigates this region.

Mayor of the Moment

Published: September 14, 2001

Whatever he has been before or will be in the future, Mayor Rudolph Giuliani became the leader New York City needed in its worst moment. With little rhetoric and less poetry, he consoled a stunned populace trying to make sense through the smoke and beyond the jagged skyline. With phrases aimed at people rather than the history books, Mr. Giuliani rallied a city to "go back to normal," to start going to restaurants, to try to work or go to school as a way to show its unbroken spirit.

While demanding that citizens reach into the depths of their natural fortitude, he also warned them not to behave badly, hitting a more familiar note when he threatened to levy on anyone caught gouging his fellow New Yorkers a fine of \$500 per overpriced item. He pleaded for understanding for the city's Arab community, noting that hatred of others is "what we're dealing with right now." And over all, he talked about how New York would emerge better and stronger, how his city would never bow to mere terrorism.

A few scenes stand out. When the disaster hit, the mayor, who always identifies with the police and firefighters, acted like one of them and headed straight for the explosion. When the first of the World Trade Center towers collapsed, he was at a temporary command bunker less than two blocks away. He and his aides had to scramble out of the building and through the storm of dust and debris to safety. Early television interviews showed Mr. Giuliani, like many other surviving New Yorkers, with the silt graying his hair and dusting his shoulders. Even a day later, as he roamed through Manhattan, his soot-covered shoes offered a reminder that he had been running the city at street level.

A man who has been known to dislike sharing the microphone suddenly was standing shoulder to shoulder with regular adversaries like Gov. George Pataki, Senators Charles Schumer and Hillary Clinton, Representative Charles Rangel. Even Mr. Giuliani's old enemies offered praise. Former Mayor Ed Koch, who has written an entire book describing Mr. Giuliani as a "Nasty Man," noted pointedly that the mayor had done an excellent job and that "some flawed people, in extraordinary times, lose their defects." Mr. Pataki, too, has been a calm and consoling figure for New York. Watching his tall figure move through the crowds next to Mr. Giuliani, people could see state and city working as a team on behalf of a profound, shared concern.

In the days ahead, the city will have different needs as New Yorkers suffer through the various stages of individual and communal grief. We will mourn and need comforting, pastoral relief. We will be angry and need a calming voice that leads to an unnatural patience and restraint. Through these aftershocks, we hope Mr. Giuliani can continue to guide us as expertly as he has since Tuesday morning. Until then, he deserves our gratitude for being there to start the city's revival.

War Without Illusions

Published: September 15, 2001

There is no doubt that this week's terrorist attacks on New York and Washington were the opening salvos in the first American war of the 21st century. Less clear is just what sort of war this will be and how the United States can ensure that it prevails. George W. Bush, suddenly thrust into the unaccustomed role of commander in chief, faces fateful decisions about the use of American military power in distant, difficult corners of the world. He must design an effective battle plan and couple it with a skillful diplomatic campaign that sustains strong international support.

Some of the initial war talk we have heard from Washington is disconcerting. Paul Wolfowitz, the deputy secretary of defense, spoke of "ending states who sponsor terrorism." That may work as a form of intimidation, but we trust he does not have in mind invading and occupying Iraq, Iran, Syria and Sudan, as well as Afghanistan, nations with a combined population of more than 160 million people.

To be realistic and successful in fighting terrorism, the United States will have to rely on intensive diplomatic pressure, severe economic sanctions and united international support to deal with some of the nations that support terrorist activities. Forcing a change of governments in places like Iraq or Syria would require in each case the application of military power on the same scale that was used in the Persian Gulf war, or greater. Changing the behavior of the present governments, however, may be possible through concerted and sustained pressure from the coalition of nations that Mr. Bush is trying to assemble.

For now, at least, the one state where American military power might be effectively used is Afghanistan, where the Taliban-led government is host to Osama bin Laden, the prime suspect in Tuesday's attack. But removing the Taliban from power and hunting down Mr. bin Laden's Afghanistan-based followers would be no easy task, even for America's powerful armed forces.

Trying to dislodge the Taliban, capture Mr. bin Laden and eradicate terrorist training camps from Afghanistan would be extremely difficult if American and NATO forces had to operate from afar, using air bases in Turkey, aircraft carriers in the Indian Ocean and airborne assault troops. Afghanistan, a mountainous land of widely dispersed

villages and fiercely independent people, is a general's nightmare and guerrilla commander's fantasy, as the Soviet Union learned after it invaded in 1979.

Even a military campaign launched from nearby nations like Pakistan and the former Soviet republics of Central Asia would be arduous. Ousting the Taliban would probably require a ground invasion leading to the capture and occupation of Kabul, the capital, and other main cities. That would still leave the rugged countryside, where the terrorist base camps are located, beyond American military control. Difficult ground expeditions would have to be launched against the bin Laden organization's scattered hillside encampments.

No warm welcome can be expected from Afghanistan's 26 million people, who have traditionally greeted outside armies with hostility. Controlling Kabul has never given any government or occupier mastery over the rest of Afghanistan. If Mr. Bush wants to wage war there he must understand the risks and plan a campaign crafted to overcome the dangers that American forces would encounter.

The cooperation of Russia, Pakistan and Saudi Arabia, all with airfields and military staging areas within striking distance of Afghanistan, is likely to be critical to success. Some form of Russian support seems possible, and Saudi Arabia is now considering American requests for various kinds of help. Pakistan is more problematic, despite its government's pledges of cooperation. Even if Gen. Pervez Musharraf, the country's military dictator, agrees to support American military action, other army leaders and powerful Islamic fundamentalist groups are closely aligned with the Taliban. Any American victories in Afghanistan would quickly turn into a catastrophic defeat if the war there turned Pakistan, with its 142 million people and nuclear weapons, into an Islamic fundamentalist state.

In the anger and revulsion generated by this week's attacks, it is all too easy to wish for a quick and decisive American military response. But the nature of the enemy, and the sanctuaries where he hides, promise to make this a long and unpredictable war. As it begins, Mr. Bush and the nation must be under no illusions about the battles ahead.

Heroes Amid the Horror

Published: September 15, 2001

The cruel list of those missing and presumed dead at the World Trade Center now hovers at around 5,000. But as President Bush noted during his visit to the site yesterday, that toll would have been even higher were it not for the extraordinary valor of the firefighters, police officers and emergency service workers who ran to the disaster scene to help. Some dashed into the collapsing towers to pull out people trapped in the chaos and falling debris. Many lost their lives.

Firefighters stand apart from the rest of us, simply by the fact that they are trained to run toward a blaze and not away from it. That impulse, which amounts to a special vocation, is their greatest tool in protecting their communities. On Tuesday that learned instinct drew many of them into the World Trade Center at a time when the burning fuel from two crashed jetliners was creating heat that could buckle steel. There were people in those buildings, and the firefighters went to get them. The losses were staggering. Among those listed as missing or dead are 350 New York City firefighters, including some of the department's top leaders — William Feehan, the first deputy commissioner; Peter Ganci, the chief of department; Raymond Downey, the chief of special operations; and the Rev. Mychal Judge, the department chaplain. The overall toll is nearly 30 times the number of firefighters ever lost before by the department in a single event — a statistic that puts into perspective the dangers professional firefighters face and the catastrophic nature of Tuesday's terrorist attack.

Missing too, and presumed dead, are about 40 New York City police officers, and at least 30 members of the Port Authority police. Collectively, the names of these individuals make up an honor roll that will forever be etched in the memory of everyone who lived through this week's terrible events, and in the city's historical record.

That record will show that at a moment of supreme national horror, New Yorkers were fortunate to have at the ready a remarkably brave cadre of firefighters, police officers, emergency personnel and volunteers from around the country. Pushing aside thoughts about their own personal safety and grief for fallen colleagues, they gave the world a vision of the valor and selflessness that is the best face of America.

In for the Long Haul

Published: September 16, 2001

Tomorrow, Americans will try to return to normal. This is a resilient country, and even in New York City, most citizens have already chosen to go back to their regular routines as quickly as possible. In general, we are not a people that spends much time looking back. "Move on" is practically the national mantra.

This is commendable and indeed necessary in view of the alternative: a capitulation to fear and despair that the terrorists must surely have hoped for. There has been no finer rebuke to their pretensions than America's determination to press on.

But the normal we are returning to is different from what we knew a week ago. Tuesday's tragedies were not only unifying but clarifying. Americans now live a state of war against an irrational, vengeful and elusive enemy. And if we are to win, we will have to become used to the idea that we are in this for the long haul. Coming to terms with that new reality, winning this war, will require discipline, stamina and sacrifice.

For years now, younger Americans have yearned to prove that they are as patriotic and as capable of self-sacrifice as the Greatest Generation. The commitment made after Pearl Harbor was both larger and simpler than the one we are being asked to undertake. Back then, the aim was clear, the path was obvious, and the sense of solidarity was natural for a country that had to focus single-mindedly on winning World War II.

Our shared mission, to eradicate terrorism, is a noble one. The rewards for victory would be immense — a safer world and a planetary commitment to cooperation and tolerance. But our individual tasks are vague. President Bush is unlikely to reinstate the draft or impose rationing. We will go about our ordinary jobs as before. Buying consumer goods is not only possible, it has been elevated to a virtual act of patriotism to aid a flagging economy. Nevertheless, we will need to make sacrifices that are all the more difficult because they are unseen and require more patience than heroism.

American resilience, which allows us to bounce back from setbacks, forgive old enemies and rewrite our national story for every generation, has a downside. Some may call it a short national attention span. Yesterday's crusade is tomorrow's inconvenience. The gas crisis that was supposed to commit us to energy conservation quickly gave way to the S.U.V. era. People who willingly stand in lines to get through airport security this month may not be so understanding by the Thanksgiving holidays.

Terrorist hijackings or airline explosions in the past have led to periods of tighter airline security, followed quickly by periods of relaxation and colossal carelessness. What should be clear now is that the days of relatively unhindered air travel, with curbside check-ins and all the rest, are almost surely gone and that a period of considerable inconvenience is upon us.

Our politics are going to have to change as well. It has been a very long time since American officials told their constituents that they would have to make some sacrifices for the common good. But that will almost surely be the case if we are going to transform our defense and intelligence systems from cold war monoliths to agile, inventive organizations that can detect and defeat terrorists. Some obsolete bases will have to be closed, and defense contracts that provide profits and jobs to key Congressional districts will have to go by the wayside. The laundry list of promises candidates made in the last election will have to be trimmed.

Perhaps most painful of all, America may have to give up the post-Vietnam illusion that it is possible to fight wars with few casualties. Our success in the Persian Gulf and even our limited achievements in the Balkans created the illusion that American military technology is sophisticated enough to be used in combat without putting soldiers in harm's way. But what we have actually been enjoying is an extended string of luck. Last week, the message came through loud and clear that luck can run out.

Washington must be changed, as well as the rest of the country. The response of previous administrations to terrorism abroad — the 1996 Khobar Towers bombing in Saudi Arabia, the embassy bombings in Africa two years later, the attack on the U.S.S. Cole last year — has been much like the nation's airline security policy: fitful, short-lived and not terribly effective. If our people have a short attention span, it is probably because their leaders do.

Over the past week, Americans have contemplated the great divide that separates life before the hijacked planes plowed into the twin towers and the Pentagon with life after. The unspoken presumption seems to be that we have experienced a loss that stretches beyond the thousands of lives that fell victim to the terrorists. There has been a sense that whatever comes next must naturally be diminished.

That need not be true. As many candidates pointed out in the last election, Americans desperately want to commit to something greater than themselves. That was the secret of what we admired in the World War II era, and it is what this new war against terrorism will require as well. The awful week of death and destruction that has just ended might be the invitation to create a great new generation and a finer United States.

To get there, we must be careful to protect the core of our national culture, to remember that we are fighting not for a flag but for a system of beliefs that includes our basic civil liberties and an unyielding tolerance. Social conservatives who have been speculating that the destruction of the World Trade Center was punishment from a God grown angry at abortion and homosexuality are rushing in exactly the wrong direction. The people who gathered at various prayer services around the country last week represented not only different races and creeds, but different social agendas and political outlooks. By their very coming together, they showed their belief in a world in which no one believes that God's face is turned implacably against any human being.

We wake up tomorrow and take one more step down a new and very long path. But the promise at the end can be worth the journey.

The Faces Emerge

Published: September 16, 2001

It took almost a day, after the bitter shock of Tuesday morning, before it began to become clear who might be missing, who might be presumed dead and who, in the case of the passengers and crew on the four hijacked planes, must certainly have died. The streets around the hospitals near Lower Manhattan began to fill with stricken people trying to locate friends, co-workers or family members who had gotten to work at the usual hour on Tuesday and had not been heard from since midmorning that day. Some people on the streets carried snapshots, wedding photos, graduation pictures. Some had already printed fliers asking, "Have you seen this person?"

By Thursday, there were as many fliers across the city as there were American flags. People going about their business stopped to read them again and again wherever they were posted, to touch them sometimes in mute homage. And as the fliers spread, so did the obituaries, which are now, as certainty sets in, beginning to radiate outward from

the epicenter of this disaster through big-city and small-town newspapers all across the country. This is an aftershock that has only begun.

We are just now getting to know these people, the missing and the dead. Their stories carry a weight no one expected because they are such ordinary stories. The people in the World Trade Center on Tuesday morning were bond traders and secretaries, custodians and firefighters, people who had virtually lived at their desks and people who had come to the building only for an appointment that morning.

Some had been through the 1993 bombing and probably thought about it every day. Some had never gotten over the view from the twin towers, and some no longer saw it at all. You could have found people living in nearly every neighborhood in New York and much of northern New Jersey, people who had grown up or gone to school in nearly every state in this country. The reach of the families they had come from or the families they had raised themselves was truly global.

No person is interchangeable with another, but we all understand how interchangeable these Tuesday morning stories might have been if the timing of the attacks and the ultimate collapse of the towers had been different. The dividing line between those who made it out and those who didn't is inexplicable. We are also learning to recognize in the tales the obituaries tell, and in the profiles of the victims we see on television, how interchangeable we might have been with those who died. Their lives resembled ours more closely than we can let ourselves imagine. What we see in those faces and in the lives that ended on Tuesday is the idea of a normality that now belongs to the past.

Collectively, the stories that are emerging of these lives do not perfectly represent the demographics of America. But they do perfectly represent the elements out of which each of us -- however we differ -- tries to fashion a meaningful existence, one that looks characteristically American whether we mean it to or not.

The result of Tuesday's destruction is that we have been given a privileged glimpse into the interior of one family after another. It is like walking down the block and being able to see for a moment through the walls of some of the houses. The emotional architecture looks familiar. It is the act of seeing that seems strange.

This moment of perception will close. The obituaries will run their course, and city workers will eventually take down the fliers posted all across town, the ones the wind and rain have not taken down first. There will be funerals and memorial services. And just as surely as some people will try to put their grief behind them, there will be others who cannot do so, who will go on believing with a desperate hope that the missing will somehow turn up.

But for now we have a remarkably precious opportunity to witness a portrait of this nation assembled out of memories and pictures, out of the efforts of everyday people to explain in everyday words who it is they lost on Tuesday. They hold out their photographs to strangers and television cameras. The faces looking out of those pictures could not have imagined knowing what we know now. You can tell it by the way they smile.

President Bush's First Win

Published: September 17, 2001

New York City and George W. Bush were never a natural couple until last week. Now Mr. Bush has managed to reach out in ways both symbolic and practical. In its greatest hour of need, the city must be grateful that he rose to the occasion, and demonstrated that he is president of the entire country.

During the first days of this crisis, Mr. Bush could only build a foundation for a new kind of wartime presidency. There will be different challenges every week that will test his ability to lead the nation in a time of crisis. But his first responsibilities were to demonstrate his gravitas, and to comfort the people living at the sites of the terrorist attack. After a shaky start, his speech Friday at the National Cathedral struck the note of somber confidence that the nation was looking for. Later, in his trip to Manhattan, he succeeded in bonding with New York.

Mr. Bush is not generally a fan of big cities. His recent attempt to bill his vacation in Texas as a return to the real American values of the heartland seemed like a repudiation not only of Washington D.C., but urbanity in general. But like almost everyone else, he has been changed by the crisis. On Tuesday, as his security men flew him around the country, he reportedly insisted that he wanted to go "home" — to Washington. If in the

past he reflected the country's more Manhattan-phobic side, his ability to transcend those feelings represented its ability to unite.

Anyone who has watched the president over the last year would have been able to predict that his visit with the rescue workers at the World Trade Center site would be a success. Mr. Bush is never better than when he is standing in rough territory in work clothes, talking with working men and women with dirt on their hands. We were frankly less certain that he would show equal sympathy in Washington, when the time came to make a commitment to support the enormous task of beginning restoration of lower Manhattan.

But the president came through with a commitment that was as quick and as generous as this beleaguered city could have wished. The pleas from Senators Charles Schumer and Hillary Rodham Clinton — high-profile Democrats who could not possibly be on the administration's list of favorite legislators — were met in toto. The senators asked for \$20 billion, and they got \$20 billion, without hesitation.

In the days to come, some New Yorkers will no doubt have occasion to differ with the president on the decisions he makes, both political and diplomatic. But they will do so as members of the same American family. By his actions over the last week, Mr. Bush has won the first battle of the war.

Intelligence and Terrorism

Published: September 17, 2001

The rush has already begun to "unshackle" the Central Intelligence Agency and its fellow spy agencies so that they can better combat terrorism. Some easing of restrictions may be warranted in light of last week's terrorist attacks on New York and Washington. But any changes must be carefully weighed by the Bush administration and Congress. The temptation will be great to take steps, including loosening limitations on domestic spying, that could end up compromising important democratic principles without yielding any tangible gain in the fight against terrorism.

Generally, there are fewer restraints on intelligence agencies than popularly assumed, especially when it comes to antiterrorism. The C.I.A., for example, is not barred from recruiting foreign informants with criminal records or a history of involvement in

terrorist activities. The recruitment of such people simply has to be approved by senior intelligence officials and there has to be an expectation that the source will produce valuable information.

We would be surprised if these guidelines were the reason there was no warning about last week's attacks. The more likely explanation is that intelligence agencies, with White House and Congressional concurrence, have neglected the cultivation of foreign informants in recent decades in favor of valuable but extremely expensive technical collection systems like spy satellites. These technologies, which can intercept millions of intercontinental phone calls and show a license plate from 200 miles out in space, have served the nation well. They cannot, however, tell the president what Osama bin Laden said yesterday to his henchmen in a mud hut in the mountains of Afghanistan.

After last week's assaults on the World Trade Center and the Pentagon, the president and his aides may also understandably want to know what terrorist conspirators are saying to one another in the United States, either in person or over the phone. If communications between just a few of the suicidal hijackers had been intercepted in the days before the attack, perhaps the plot could have been foiled. Obtaining that sort of information involves difficult legal and technical issues that cut directly to Fourth Amendment protections against unreasonable searches and seizures.

The business of tracking down terrorists in the United States belongs primarily to the Federal Bureau of Investigation and other law enforcement agencies, which may now need additional money and staff. With a court order, the F.B.I. can tap specified telephone lines, intercept mail and take other measures to track the activities of suspected terrorists. Attorney General John Ashcroft is seeking expanded wiretap powers for the bureau. Even with that enhanced authority, the F.B.I. would still lack the technology and statutory right to randomly monitor telephone communications within the United States — including cellphones — in hopes of intercepting information about terrorist plots.

The organization that has the technology to do some of that, the National Security Agency, is limited by law and executive order in monitoring communications within the United States. To target the communications of a suspected terrorist in the United States, the N.S.A. must seek the approval of a special federal court, and show probable cause that the suspect is an agent of a foreign power and is involved in terrorism, espionage or sabotage.

These rules were established in 1978 by the Foreign Intelligence Surveillance Act. There are now bound to be efforts to rewrite that law to give the N.S.A. greater latitude. Some refinement may be possible, but even the most modest change will require the utmost care by the White House and Congress to ensure that this kind of highly intrusive and indiscriminate intelligence gathering is tightly controlled and not subject to abuse.

Other intelligence issues, including the ban on assassinations, will doubtless be revisited in the days ahead. The pressure to relax restrictions is nearly overwhelming, but the nation will not be well served if there is a stampede in Washington to discard restraints that were carefully put in place to reflect and to protect the character and principles of American democracy.

Securing the Skies

Published: September 18, 2001

All airports but Washington's Reagan National have reopened in the aftermath of last week's attack, but commercial aviation in the United States has been forever altered. The premium is now on security instead of convenience and speed. That is the only sensible course after hijackers seized control of four passenger planes and turned three of them into weapons of mass destruction.

Few freedoms are as vital to the nation's character, and essential to its economy, as the freedom to travel. But to ensure that it is preserved, the rules and expectations of flying have to change. The freedom to wake up in New York and get to San Francisco in time for lunch is going to have to give way to the freedom to get to San Francisco safely, even if it takes all day.

Americans should accept more stringent security not as a short-term inconvenience but as a permanent redefinition of the flying experience. No longer can passengers expect to arrive at the airport 30 minutes before departure or check in at an automated kiosk that handles security questions the way A.T.M.'s ask if you want a receipt.

The Federal Aviation Administration has banned curbside check-in and will allow only ticketed passengers to go to the gate. It has called for more uniformed law enforcement agents, individual searches and luggage-matching to ensure that everyone

who checks a bag boards the flight. Passengers will no longer be able to carry small knives or other cutting devices aboard.

It is a reassuring start, but only that. A more fundamental long-term overhaul is needed to properly police the stream of two million passengers each day onto 40,000 flights. In light of last week's attacks, vigilance at airports must be deemed a matter of national security. It can no longer be delegated to airlines and their undertrained and underpaid private guards.

The glaring vulnerabilities in the present system have been extensively diagnosed in a series of presidential commissions and other reviews. Weapons are often not caught by screeners, unauthorized personnel can easily gain access to aircraft, and workers who are authorized to get near the planes have not had their backgrounds checked. Airlines have been slow to deploy the most sophisticated bomb-scanning devices. Passenger lists are not screened for potential terrorists. Shockingly, two of the hijackers last week were able to buy tickets under their own names and board their flights despite being on the F.B.I.'s terrorism watch list.

For years, pilot training and airline procedures have reflected the prevailing wisdom that it is best to cooperate with hijackers until a plane has landed safely. But security measures must now be updated to account for the possibility of more airliners being turned into weapons. Transportation Secretary Norman Mineta has rightly called for a revival of the "sky marshal" program, whereby armed undercover agents are placed on flights. He has also appointed separate advisory commissions to recommend, within two weeks, additional airport security measures and to look at ways of fortifying cockpit doors. The government must also consider creating a specialized airport security force.

As airlines cut back on service to accommodate the new security procedures, consumers will have to live with fewer choices. The men and women who perished last week would gladly have accepted a slower, less convenient air travel system if they knew it meant the difference between life and death.

Wall Street Returns

Published: September 18, 2001

If any further evidence were needed that America has entered a strange new era, it was the fact that many stock market experts felt it was reasonably good news when the Dow Jones industrial average dropped only 685 points yesterday.

There had been fears that when Wall Street returned to life for the first time since the destruction of the World Trade Center towers, a panicky sell-off might send the market into free fall. That did not happen. The market's relatively restrained reaction reflects a heartening belief that the terrorist attack has done no irreparable harm to the economy or its foundations.

Cuts in interest rates and guarantees of liquidity by the Federal Reserve and the European Central Bank cushioned the markets, and last week's four-day cooling-off period while the markets remained closed had helped calm jittery nerves. The Dow Jones industrial average suffered its biggest loss ever in points, but its percentage loss fell far short of the crash in October 1987. Rather, it roughly paralleled last Tuesday's less-than-crippling declines in foreign markets. And broader market indexes here did not drop as much, reflecting gains by smaller companies from newly ascendant industries such as security, video conferencing and home entertainment.

Bellicose rhetoric from George W. Bush yesterday did nothing to calm the market's jitters. The president certainly should not take the stock market into consideration when making critical foreign policy decisions. But cowboy-style rhetoric like his "wanted dead or alive" remark does not add anything to the war against terrorism, and it can have a negative effect on an already nervous American public.

People are also understandably concerned that last week's terror attacks may have pushed the nation into the recession it has barely avoided in recent months. Several industries, notably airlines, tourism and insurance, have come under special pressure this week. Congress appears to be moving quickly toward some sort of aid to the airlines, as well as a wider economic stimulus package that would be a combination of spending and tax cuts.

From a broader perspective, last week's crisis will have a mixed impact. Lower interest rates and \$40 billion for disaster recovery and anti-terrorism programs from the federal government, with the promise of significantly more on the way, could spur economic activity. Boosting spending, when the funds go where they are most needed, is

usually more stimulating for the economy than cutting taxes. Last, though there is no positive side to the possibility of war, the call-ups of at least 35,500 National Guard troops will necessitate new hires in the private sector, defraying unemployment.

On the negative side, a sizable chunk of yearly output has disappeared. Lost lives and disruptions to the workplaces of the survivors could subtract as much from the economy as Washington has pledged to add. Energy prices have remained fairly stable so far, but an upturn could have a dampening effect on recovery.

More telling than these immediate issues, however, will be how confidence in the economy evolves over the long term. The first indications of doubt came when bond markets opened last Thursday. Investors snapped up Treasuries with short- and medium-length maturities — the safest securities in the world. The 30-year bond, a bellwether for the more distant future, suffered some early selling. But here investors may have been responding to the government's fiscal outlook, weakened by the obvious necessity of dipping into Social Security funds meant for debt reduction.

Consumers and businesses will also emerge from last week's tragedies with some uncertainty. To battle it, Americans need most of all to stay calm. The nation is still due for a cyclical recovery. Moreover, this country's best moments often come at the times of great challenge. The solidarity and determination the nation develops in the weeks ahead could create a better America and an even stronger economy in the years to come.

The Next Day

Published: September 12, 2002

There are no more words, right now, for us to use about Sept. 11. The organizers of the ceremonies at ground zero understood that yesterday, when they structured the anniversary remembrance around the reading of the names of the victims rather than speeches. It was impossible for anyone who listened to avoid noticing the range of ethnicities and nationalities on that long, long list. That spoke more to the question of what America is, what it has to protect and carry forward, than anything else that happened yesterday.

President Bush ended the day at Ellis Island, where he gave a brief, nationally televised address between the Statue of Liberty and the still-strange sight of the Lower

Manhattan skyline. But the most moving part of the president's performance was also virtually wordless. During the day's painful pilgrimage through the terrorist attack sites in Washington, Pennsylvania and New York, Mr. Bush seemed to be trying to heal the survivors' pain one person at a time. He patiently greeted children, signed autographs, hugged members of the victims' families. The president, who will be most responsible for leading the country toward a new way of thinking about what happened, suggested by example that the road begins with simple human contact.

At ground zero, speakers read from documents of the past like the Gettysburg Address, and it was easy to find new meaning in the words. At Gettysburg, the site of unimaginable carnage, Abraham Lincoln said that "the world will little note nor long remember what we say here, but it can never forget what they did here." He was wrong about the world's memory. And sometime in the future, when the nation faces some terrible new trial, people who feel they've been left speechless will look back on the things that happened over this long, wrenching but emotionally rich time and find that they speak to them in a new way.

A year is, in many cultures, the traditional time of mourning. The dead slip into a new relationship with the living. Sometimes they can be reimagined whole, not as people who were suddenly taken away but as people who lived well the time they were given. The Times Portraits of Grief series, which has perhaps been more embraced and commented upon than anything this paper has ever done, spoke to that need to see the men and women who died on Sept. 11 as unique individuals who had quirks and foibles and favorite foods and surprising hobbies.

And so we move on. The fact that we look toward the future, the fact that we have no more words, does not mean the memories have lost their power. We carry them with us, every day.

7. Referências

- AMARAL, Roberto. *Imprensa e controle da opinião pública: informação e representação popular no mundo globalizado*. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/handle/id/640/r148-13.pdf?sequence=4>
Acesso em: 8 de novembro de 2015.
- BUZAN, Barry.; HANSEN, Lene. *The Evolution of International Security Studies*. Cambridge: Cambridge University Press, New York - USA. 2009.
- CAMARGO, Julia Faria. *Mídia e Relações Internacionais: Lições da invasão do Iraque de 2003*. Curitiba: Juruá, 2009.
- CAMPOS, Carla Leila Oliveira. *Estratégias de referenciação no discurso midiático: práticas ideológicas de inclusão e exclusão de dizeres no discurso sobre a guerra*. Linguagem em (Dis)curso, Palhoça - SC, jan./abr. 2010, v. 10, n. 1, p. 43-67. ISSN 1518-7632. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1518-76322010000100003>.
Acesso em: 20 de novembro 2015.
- DIAS, Vanda Amaro.; MOTA, Sarah Carreira da.; RANITO, Jovana Jezdimirovic. *Retrospectiva do conceito de segurança: alargamento e aprofundamento da agenda securitária no pós-guerra fria*. Brasília: Universitas: Relações Internacionais, v.9, n.2 , p. 1-23, jul/dez 2011. Disponível em: <http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/relacoesinternacionais/article/viewFile/1448/1493> Acesso em: 08 de novembro de 2015.
- DOUGHERTY, James E.; PFALTZGRAFF, JR., Robert L. *Relações internacionais - As teorias em confronto: Um estudo detalhado*. Tradução de Marcos Farias Ferreira, Mônica Sofia Ferro e Maria João Ferreira. Lisboa: Gradiva, 2003.
- MATTELANT, Armand. *Sociedade do conhecimento e controle da informação e da comunicação*. V Encontro Latino de Política da informação, Comunicação e Cultura, Salvador, 2005. Disponível em: <http://www.gepicc.ufba.br/enlepicc/ArmandMattelartPortugues.pdf> Acesso em: 08 de novembro de 2015.
- RENOUVIN, P.; DUROSELLE, J. B. *Introdução à História das Relações Internacionais*. Tradução de Hélio de Souza. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

ROMAN, Ângelo Edval. *Meios de comunicação como instrumento de dominação: a propaganda política de guerra*. Publicatio Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes, Vol. 12, No 1 (2004). Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/viewFile/499/501> Acesso em: 08 de novembro de 2015.

SUGAHARA, Thiago Yoshiaki L. *Terrorismo e Insegurança no Mundo pós 11 de setembro*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 2008.

TANNO, Grace. *A Contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional*. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol. 25, nº 1, janeiro/junho 2003, pp. 47-80.

VIANA, Bruno César Brito.; LIMA, Maria Érica de Oliveira. *The New York Times: notícias que fazem história*. Paraíba: Revista Temática, ano VII, n.2, fevereiro/2011. Disponível em: http://www.insite.pro.br/2011/fevereiro/nyt_noticias_historia.pdf Acesso em: 08 de novembro de 2001.